



Ch.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S. PEDRO DO SUL

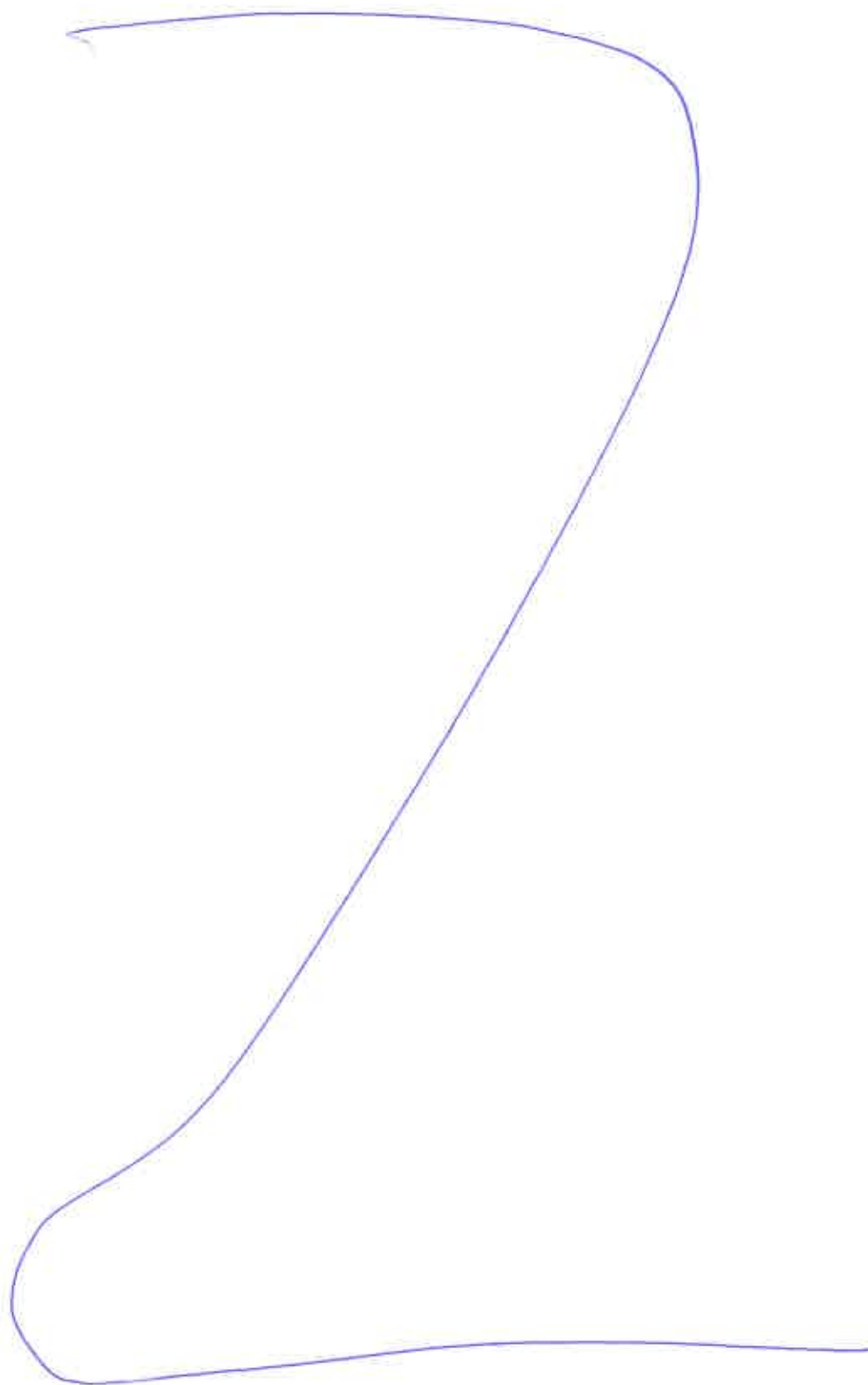
Relatório de Gestão e Contas - 2022

Março/2023

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.



Con
M
Luis

Aut
C
C

2
B
+

Relatório de Gestão e Contas

2022 – Nota Prévia

Decorrido o ano de 2022, é altura de refletirmos e procedermos a balanço das expectativas e resultados de atuação, destacando-se, desde logo, como um ano de recuperação gradual dos efeitos desestruturantes provocados pela pandemia de Covid-19. (SARS Cov-2). De facto, foi um ano em que gradualmente fomos retomando a ligação e abertura transversal à comunidade, recuperando dos sacrifícios pessoais e coletivos com que nos vimos a braços, a par das exigências de gestão corrente, para garantir todo um conjunto de resposta que o combate à pandemia ainda exige e, simultaneamente, para garantir que os padrões de referência e qualidade se mantêm.

Do anterior, não bastando já esse processo de recuperação em sociedade, registamos um ano de contínua escalada inflacionista e instabilidade social decorrente do deflagrar de uma guerra na Europa, que nos trouxe desafios adicionais.

Não obstante, conseguiu-se o equilíbrio e, volvido mais um ano, voltamos a confirmar o estatuto da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS) como uma instituição inclusiva e de referência na região; como uma instituição que se procura manter moderna e que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade. Reconhecimento reiterado, não só pela abrangência dos serviços prestados e pelos resultados da sua avaliação, como, também, por todo um conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais, a par da dedicação contínua e profissionalismo do nosso corpo de colaboradores.

O último ano foi, também, um ano de retoma de alguns investimentos, de forma cautelosa, para que, atendendo o acréscimo contínuo do custo com pessoal e à inflação em registo, se estabelecesse uma almofada para as previsões mais negras de 2023, o que nos leva ao apontamento de um resultado líquido positivo de cerca de 233 mil euros.

Por fim, não podemos deixar de reafirmar que o ano transato continuou a reforçar a importância do papel social que as instituições da economia social desempenham, quer em termos de empregabilidade local (e nacional), quer em termos de suporte social e de apoio à comunidade. Reforçamos, também, o alerta sobre os constrangimentos que têm sido colocados à gestão das entidades da economia social, pela tutela, em termos de compensações financeiras adequadas às exigências dos serviços, novos problemas sociais com que Portugal se vai deparando e o próprio incentivo e balizamento da subida da Retribuição Mínima Mensal Garantida. Entraves essencialmente associados a uma desadequação entre esta subida e a

atualização dos acordos de cooperação e a disponibilização de mecanismos (com apoios nacionais e comunitários) para investimentos na adaptação e remodelação de edifícios com respostas sociais em funcionamento, faltando, deste modo, uma efetiva equidade e possibilidade de investimento estrutural.

A par do anterior, anotamos, também, como fator desestabilizador a incerteza em termos de matéria laboral, nomeadamente pela dualidade de aplicabilidade de duas convenções coletivas de trabalho a que as Misericórdias nacionais se viram forçadas a aplicar no último trimestre do ano, contrariando a necessidade de uma atualização das tabelas constantes da convenção em vigor e da uniformização das regras para as várias entidades da economia social.

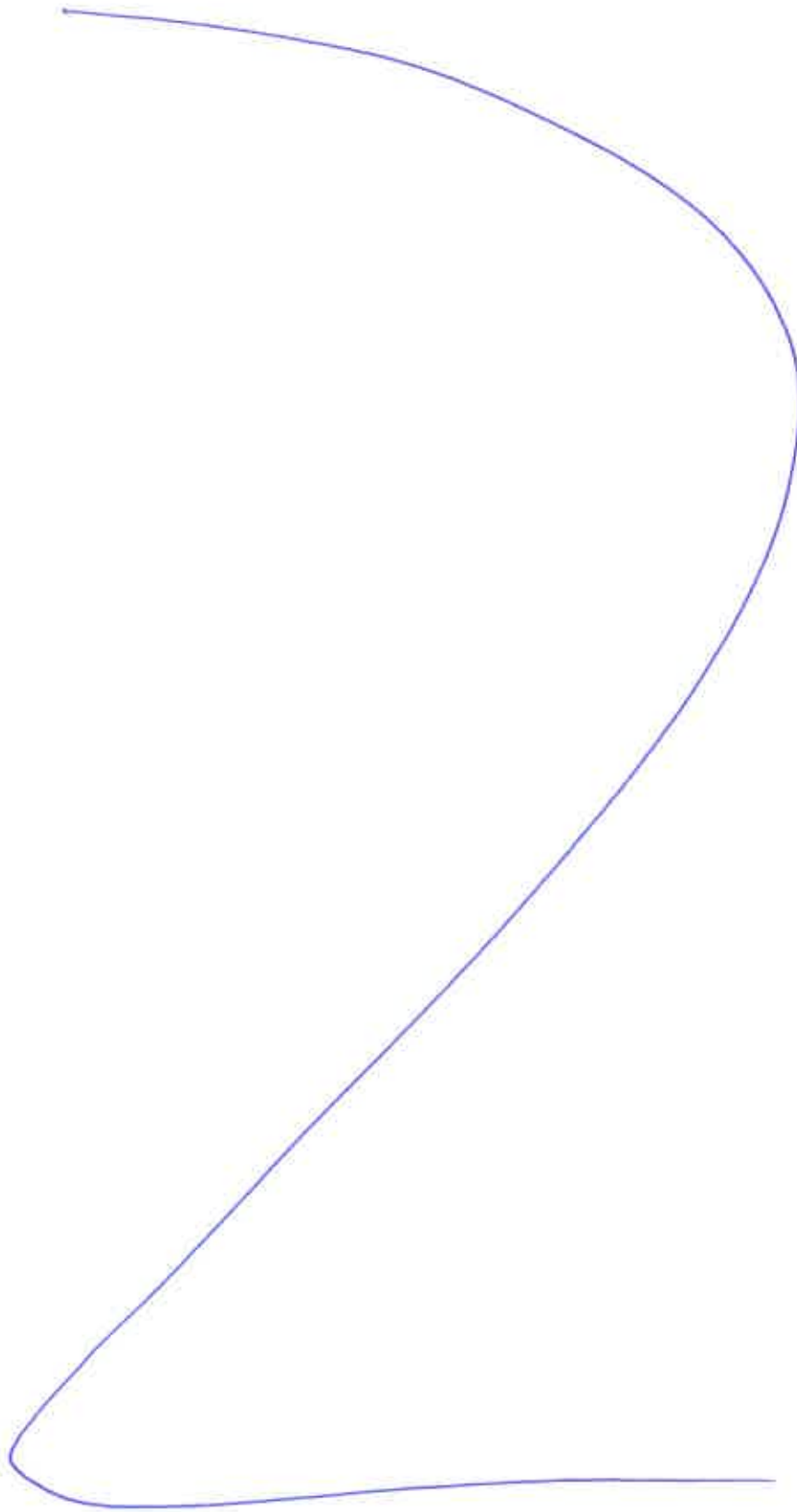
Mantemos, deste modo, as palavras do relatório anterior: o apanágio de rigor, transparência e exigência é maior para se manter a qualidade e níveis de serviços espectáveis nas respostas atuais e, simultaneamente, salvaguardar a inexistência de falhas de tesouraria.

Apelando à colaboração contínua de toda a comunidade, continuemos esperançosos, resilientes e continuamente dedicados à Causa Social.

José Fernandes, Provedor

Índice

INTRODUÇÃO.....	7
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	9
Mesa da Assembleia Geral	9
Mesa Administrativa.....	9
Conselho Fiscal	10
Identificação da Entidade	10
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	11
Missão.....	11
Visão	11
Valores.....	11
Objetivos estratégicos - período 2021-2023	12
FACTOS RELEVANTES.....	18
1.º Trimestre.....	18
2.º Trimestre.....	19
3.º Trimestre.....	20
4.º Trimestre.....	22
SÍNTESE DE INDICADORES	26
1. Evolução do total de gastos.....	26
2. Evolução do total de rendimentos	30
3. Evolução do resultado líquido do exercício.....	35
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	38
5. Mitigação da Pandemia de Covid-19	44
6. Mitigação da Guerra na Ucrânia.....	47
7. Sustentabilidade 2022	49
8. Eventos subsequentes.....	52
9. Proposta de aplicação de resultados.....	52
NOTA FINAL	53
ANEXOS.....	55
Anexo 1 – Relatório de Contas	56
Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal.....	99
Anexo 3 – Ata da Assembleia Geral	101



Ch.
M.
L.

Ch.
B.

6
B. G.

Relatório de Gestão e Contas - 2022

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício de 2022, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2022 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano em referência:

- Cash flow de 458.576,64€;
- Autonomia Financeira de 88,92%;
- Gastos com o pessoal no montante de 2.390.193,60€;
- Subsídios do ISS - Instituto da Segurança Social, IP no montante de 2.044.156,54€;
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2022 de 233.690,50€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam um crescimento do RLE, assente num aumento dos rendimentos (9,95%) maior que o aumento dos gastos (6,78%). Para tal, contribuiu os gastos terem beneficiado, não obstante o facto das várias contas de gastos terem crescido (à exceção de outros gastos e perdas que reduziu 18,42%), de alguma atenuação via redução de algumas rúbricas de despesa como é o caso da eletricidade, dos artigos de limpeza e higiene, das despesas de conservação e encargos com saúde. A par desta atenuação, registamos o acréscimo das participações (prestações de serviços) e dos subsídios e acordos de cooperação.

Fatores positivos que beneficiaram do levantamento de restrições de medidas de contenção da Covid-19, pelo que registamos uma estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos (com crescimento de



53,59% face a 2021) e uma autonomia financeira estável e próxima de 90% (88,92% em 2022).

Não obstante o anterior, reiteramos a cautela e preocupação esplanada no orçamento para 2023, quanto à escalada inflacionista que fomos registando ao longo do ano de 2022, a perdurar em 2023, decorrente da instabilidade social e incerteza económica originada pela guerra na Ucrânia.

Abordamos o relatório de contas de 2022 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelos rendimentos.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Atendendo o mandato em vigor no ano 2022 (2019/2022), de acordo com o previsto estatutariamente, a 18 de dezembro de 2022 foi realizada a Assembleia Geral Eleitoral, para a eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2023/2026, tendo os elementos eleitos (e respetivos novos Corpos Sociais) tomado posse a 06 de janeiro de 2023.

Os Órgãos Sociais cessantes foram empossados em 11 de janeiro de 2019, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 16 de dezembro de 2018 e mantiveram-se em funções até 06 de janeiro de 2023, data da tomada de posse dos novos elementos para o quadriénio 2023/2026.

Dos Órgãos Sociais eleitos, obtivemos homologação pelo bispo diocesano a 18 de janeiro de 2023, foi comunicado o registo das eleições junto do Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu a 20 de janeiro de 2023 e procedeu-se à declaração de registo central do beneficiário efetivo (RCBE) a 24 do mesmo mês.

Apresenta-se, nestes termos, a composição dos órgãos com os elementos cessantes e em funções a 31 de dezembro de 2022, a par da referência à composição com os elementos eleitos no último ato eleitoral.

Mesa da Assembleia Geral

Elementos cessantes (mandato 2019/2022 e em funções até 06/01/2023):

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Elementos eleitos (mandato 2023/2026, empossados a 06/01/2023):

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Mesa Administrativa

Elementos cessantes:

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pais

Tesoureiro – António Henrique Pinho Correia Almeida

Secretário – António Fernandes Almeida Pinto

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Elementos eleitos:

Provedor – José da Cruz Fernandes
Vice-Provedor – António Santos Pais
Tesoureiro – Agostinho Almeida Bizarro
Secretário – Eduardo Rodrigues Silva
Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal**Elementos cessantes:**

Presidente – Eduardo Rodrigues Silva
Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro
Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

Elementos eleitos:

Presidente – Manuel Conde Marques de Oliveira
Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro
Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

A mesa da Assembleia Geral cessante foi recomposta em Assembleia Geral de 30 de novembro de 2020, com a eleição de novo secretário face o falecimento de Valentim Francisco Bizarro, anterior secretário.

A Mesa Administrativa eleita foi recomposta na sua reunião de 12 de janeiro de 2023, atendendo o pedido de demissão apresentado pelo Irmão eleito António Fernandes Almeida Pinto, por questões pessoais surgidas já após a tomada de posse, tendo sido chamado a ocupar o lugar efetivo o segundo irmão suplente, Agostinho Almeida Bizarro.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, sob a forma de Irmandade da Misericórdia, com estatuto reconhecido de utilidade pública, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º6 em São Pedro do Sul.

Como Instituição de solidariedade social, encontra-se registada, a título definitivo, na Direção-geral da Segurança Social, desde 12 de agosto de 1983, no Livro 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 51/83, a fl. 138, em conformidade com o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Acresce ao anterior, as valências não tipificadas de auxílio à comunidade, como o apoio alimentar, BAT – Banco de Ajudas Técnicas e horta comunitária.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

- Referencial de valores humanistas – porque é importante criar e disponibilizar um serviço humanizado;
- Satisfação dos utentes – porque acreditamos e queremos garantir que o utente está sempre em primeiro lugar;
- Envolvimento – dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição, porque acreditamos no trabalho em equipa;
- Credibilidade – porque garantimos o cumprimento dos requisitos legais e procuramos a melhoria contínua da Instituição;
- Proximidade – porque colocamos paixão, inovação e criatividade nas abordagens e nas respostas;
- Inovação – porque fomentamos um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental.

Objetivos estratégicos - período 2021-2023

No plano estratégico aprovado para o triénio 2021-2023 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, a condução desta Instituição à sua referência como uma organização de excelência na prestação de serviços; como uma organização de referência na defesa dos direitos de todas as pessoas; e como uma organização de oportunidades para a autodeterminação dos seus utentes.

Igualmente incontornável, neste movimento, consideramos a prossecução da sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar, ponderar e consolidar novas áreas de intervenção.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujo projeto já se encontra em fase de execução (com licenciamento camarário – arquitetura e especialidades, bem como todos os pareceres recolhidos e favoráveis), mas condicionado a enquadramento orçamental em termos de eventual apoio público para a execução das obras (ao abrigo do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, ou outro, atendendo a não aprovação a nível do programa PARES 3.0 por falta de dotação orçamental).

Em relação ao outro grande projeto da Instituição, o Hotel Geriátrico, o mesmo também já se encontra em fase de execução, ou seja, pronto a se lançar o procedimento ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos para a empreitada do “Hotel” propriamente dito – fase 2; e, em processo de obras em curso da fase 1, associada à empreitada da clínica laboratorial a instalar numa ala do R/c do edifício. Neste campo, também se avançou com candidatura ao PRR para o Hotel tendo a mesma sido indeferida por falta de dotação orçamental.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social. Neste campo, obtivemos parecer favorável do ISS ao projeto de remodelação da creche para o aumento de capacidade, devendo estrutura-se candidatura a fundos públicos/comunitários para a execução da obra.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na Instituição é, assim, uma preocupação constante, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, rejuvenescendo a sua base associativa, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.
- Estudar o plano de regalias de associados, eventualmente alargando-o, levando a discussão o mesmo a Assembleia Geral, em linha com uma eventual atualização do valor da quota anual de irmão.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos.
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços.
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e comunitários para o financiamento de projetos estruturais (investimentos/obras) e projetos de inovação social setoriais.
- Promover o projeto de “Hotel Geriátrico”, tendo acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade, nomeadamente com parceiros comerciais.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação atuais.
- Estabelecer acordo de cooperação para CD – Centro de Dia.
- Melhorar qualitativamente as condições de habitabilidade e serviço na ERPI – Lar de Grandes Dependentes, pela remodelação do edifício.

- Apostar na qualificação profissional contínua dos colaboradores e disponibilizar ações de natureza formativa a familiares e cuidadores informais.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade.
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Divulgar a política de mecenato e patrocínios.
- Reforçar a cobertura *wireless* na Instituição e a disponibilidade de recurso de contacto por via eletrónica com os utentes, bem como projeto de comunicação digital individualizado, nomeadamente na área de infância.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos.
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS, a partilha de saberes e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congéneres e/ou coorganizar atividades interinstitucionais.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ.
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia, à semelhança do plano anterior, mantém-se assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos; desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados (muito deles paliativos) em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspetos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente e contínuo peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Neste campo, refira-se a dificuldade acrescida pela existência atualmente de duas convenções coletivas de trabalho em vigor (UMP e CNIS por portaria de extensão), com tabelas salariais desatualizadas, face a subida anual da Retribuição Mínima Mensal Garantida, para além de uma dualidade de critérios a aplicar.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção consubstancia o carácter participativo e interventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o *empowerment* ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, conseqüentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação cada vez mais alargada.

O ano de 2022 foi, neste campo, o segundo ano de implementação do plano estratégico em vigor (triénio 2021-2023), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

- O plano está a ser promovido com uma mudança de paradigma consolidada: de gestão centralizadora nos anos anteriores a 2014, redefiniu-se a estrutura organizativa, potenciando os vários setores/áreas de atuação da MSPS, numa lógica de partilha de responsabilidades e de assunção das dinâmicas, objetivos e desempenho de cada serviço. Estes passaram a ser discutidos, desenhados e assumidos pelas pessoas diretamente implicadas na gestão dos mesmos.
- Consolida, também, uma melhoria contínua do modelo de funcionamento geral da instituição, a par das regras de funcionamento e formas de proceder, bem como do reforço do quadro técnico e desenho de nova resposta social conseguidas no triénio anterior.
- Externamente, continuamos a “alimentar” o exercício de transparência, traduzido na partilha e comunicação do que se faz e dos projetos institucionais. Refira-se os conteúdos de planeamento, de regulação de serviços, da atividade institucional, que são permanentemente atualizados na internet e a ser comunicados em notas de imprensa, garantindo um acesso alargado e público à informação produzida pela instituição.
- A melhoria das infraestruturas (que ainda decorre e continuará) e o embarcar no desafio da definição de um processo de gestão da qualidade para eventual certificação, ocuparam boa parte da energia e da maturação dos quadros técnicos e não técnicos da MSPS, dedicados a encontrar formas de espelhar a sua atuação, na definição de uma linguagem comum, para objetivos comuns. Está-se a delinear e a “escrever” as formas de fazer, partindo da prática diária dos serviços, da própria cultura organizacional e como resposta às exigências da modernidade do terceiro setor.
- Estamos na fase da maturidade, estando os serviços a promover o auto controle de acordo com a regulação estabelecida e a monitorização permanente, permitindo tomar decisões considerando um conhecimento e um maior domínio do todo institucional. Esta maturidade verifica-se, também, pela capacidade atual das equipas para planear, medir resultados e focalizar a sua atenção no utente, nunca deixando de parte a ligação institucional com os corpos gerentes e o próprio envolvimento destes no processo.
- Mas também nos deparamos com desafios adicionais, destacando-se, pelo seu impacto, o atraso na conclusão da definição dos processos do sistema de qualidade, pela falta de tempo útil para as reuniões preparatórias e de desenho dos processos. Desafio que foi muito condicionado por outro desafio que, à data de hoje, ainda persiste: a pandemia Covid-19 que tem levado, nestes últimos três anos a alteração completa dos hábitos, rotinas e planeamento. Alterações das

quais algumas ainda se manterão, certamente, ainda no decorrer de todo o ano de 2023, pelo menos nas respostas sociais residenciais (ERPI) até à assunção completa de passagem a endemia.

- o Em termos de desafios condicionantes, também registamos no ano de 2022 o impacto social e económico da guerra na Ucrânia, com a intervenção da instituição no apoio integrado e em parceria aos refugiados, para além da definição de estratégias de mitigação do impacto económico da escalada inflacionista que se tem registado.

A 28 de outubro de 2020 foi discutido em reunião de técnicos e proposto para aprovação da Mesa Administrativa o Plano Estratégico para o triénio 2021-2023, o qual foi aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 08 de janeiro de 2021.

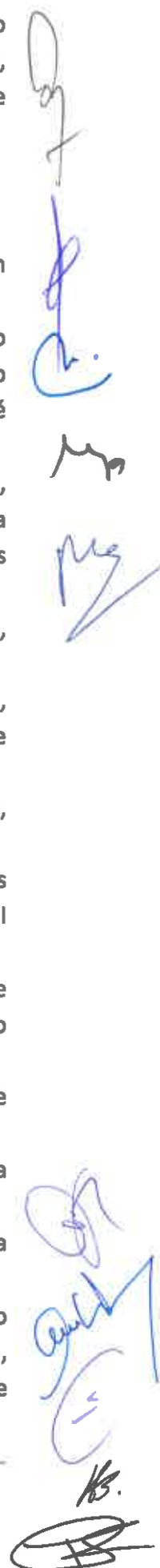
Documento divulgado/disponível de forma aberta na página Internet institucional (www.mspsul.pt).

FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Procedeu-se à assinatura de acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, com prolongamento até 31/12/2022.
- Assinamos, a 03 de janeiro, renovação do acordo de colaboração com o Centro Social da Freguesia de Valadares, ao abrigo das Cantinas Sociais, para o fornecimento de uma refeição diária num agregado familiar nesta freguesia, até 30 de junho.
- A 15 de janeiro a DGS publicou atualização de normas associadas à Covid-19, com alteração do paradigma de atuação face à Covid-19 e saída da esfera da Saúde Pública as ações de acompanhamento pela Autoridade de Saúde Local dos surtos/casos Covid na Infância/escolas.
- No primeiro trimestre, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em janeiro, o referente à aquisição de viatura ligeira elétrica para o SAD, ao abrigo da candidatura aprovada no âmbito da medida “Mobilidade Verde” do PRR.
 - Em março, o referente à aquisição de conjunto de fogão a gás, com forno, queimadores e placa, para a cozinha central da Misericórdia.
 - Em março, o referente à aquisição de uma bomba de calor e depósitos de inércia para a produção de AQS – Águas Quentes Sanitárias na ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Em fevereiro foi apresentada candidatura ao apoio no âmbito da Medida de Compensação da Atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida junto do IAPMEI.
 - Candidatura que obteve aprovação com o montante financeiro de 13.776,00€.
- Procedeu-se ao levantamento topográfico para a regularização da descrição na Conservatória dos artigos da Sede, Jardim e Blocos Habitacionais.
- Registamos a doação de um apartamento em Lisboa, pela benemérita Maria Celeste Soares, na R. Manuel Teixeira Gomes, na Freguesia de Marvila.
- Concluiu-se a remodelação de dois apartamentos que detemos, um no edifício da Av. Sá Carneiro (Lote I – Fração H) e o outro na Quinta do Passal (Fração P), ambos em São Pedro do Sul, tendo-se colocado os mesmos no mercado de arrendamento em fevereiro.



- A 17 de fevereiro registamos a audiência prévia no âmbito da ação judicial interposta contra a Projeconstroi, tendo sido estabelecido acordo de indemnização extrajudicial no valor de 4.500,00€ pela empresa em questão, a qual cumpriu e se deu como finalizado o processo posteriormente no mês de abril.
- Em fevereiro procedeu-se à instalação e colocação em funcionamento de Calandra Industrial na lavandaria central, decorrente de processo de concurso dinamizado no final de 2021, após atraso de entrega por falta de componentes eletrónicas no fabrico.
- A 02 de março aderimos à Iniciativa da SIC Esperança para apoio aos refugiados, tendo a instituição sido parceira e funcionando como local de receção de bens doados do distrito de Viseu, no período de 03 a 05 de março.
- Numa ação integrada com as medidas de apoio concelhias a refugiados, disponibilizamos a partir de março alojamento (em quartos), trabalho e fornecimento de refeições para refugiados da Ucrânia, em articulação com a Câmara Municipal de São Pedro do Sul e UMP – União das Misericórdias Portuguesas.
- Em março fomos parceiros da Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, na realização do “X Termas Andebol Cup”, através da cedência de instalações no antigo Centro de Saúde para o alojamento das equipas participantes.
- Apresentação de candidatura à Frota Solidária da Fundação Montepio, para uma viatura adaptada ao SAD.
 - Candidatura ainda em análise.

2.º Trimestre

- De acordo com novo conhecimento e orientações da DGS, procedeu-se à revisão do Anexo ao Plano de Contingência Covid-19 – Plano de Desconfinamento, a 06 de abril (R6).
- Em abril submetemos candidatura à Iniciativa Social Descentralizada 2022 do BPI/Fundação La Caixa, para o nosso projeto educativo do Jardim – projeto “Digital Mode” que compreende o estímulo de trabalho colaborativo e de promoção da linguagem de programação e comunicação com os encarregados de educação.
- Articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2022” promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp, sem custos, a 37 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (77 beneficiários).
- Apresentamos candidatura ao projeto da SIC Esperança “Edifícios Sustentáveis”, com objetivo de avaliação energética dos edifícios associados à sede da

Misericórdia e aplicação de medidas com vista a que se tornem energeticamente mais eficientes.

- A linha de apoio da SIC Esperança, base do projeto desta entidade foi cancelada em setembro e substituída por outra, pelo que a candidatura da Misericórdia transitou, estando atualmente na 2.ª fase de análise.
- Apresentamos candidatura ao Fundo Ambiental, no âmbito do procedimento de atribuição de incentivo ao “Programa de Apoio a Edifícios de Serviços” (Aviso PRR 01/C13-I03/2022), com projeto de eficiência energética no edifício do Jardim – “Jardim mais verde”, que compreende a substituição de caixilharias, cobertura, luzes, instalação de sistema solar fotovoltaico e alteração dos sistemas de climatização e AQS.
 - Candidatura ainda em análise.
- Em maio, em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, iniciou-se a campanha de administração da 2.ª dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes das ERPI.
- A 09 de maio acolhemos a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Ana Mendes Godinho, em dinâmica no Largo do Hospital (Negrosa), com um grupo de utentes do Centro de Dia, integrado em iniciativa do Município de São Pedro do Sul, de acolhimento de dinâmica social de grupo de trabalhadores deste ministério.
- Após dois anos de interregno, retomamos a realização da Feira do Livro no Jardim da instituição, entre os dias 11 e 13 de maio, com várias dinâmicas culturais de apoio e estímulo à leitura.
- Em julho submetemos candidatura ao programa “Mobilidade Solidária” da Fundação EDP, para uma viatura elétrica adaptada ao serviço domiciliário e transporte de bens, instalação de *wallbox* e apoio à energia.
- Apresentado à Segurança Social o pedido de renovação da comparticipação por funcionamento em horário alargado – creche, para o ano letivo 2022/23.

3.º Trimestre

- Em julho, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Empreitada de alteração e ampliação de edifício para clínica, compreendendo a fase 1 de intervenção no edifício do antigo hospital.
 - Aquisição de forno convetor elétrico com 10 níveis, para a cozinha central da Misericórdia.
 - Aquisição de equipamento AVAC para a Clínica.
- Assinamos, a 18 de julho, renovação do acordo de colaboração com o Centro Social da Freguesia de Valadares, ao abrigo das Cantinas Sociais, para o

fornecimento de uma refeição diária num agregado familiar nesta freguesia, durante o segundo semestre do ano.

- A 21 de julho obtivemos a aprovação da candidatura à Iniciativa Social Descentralizada 2022 do BPI/Fundação La Caixa, referente ao projeto “Digital Mode”, com o montante de 9.900,00€.
- Em agosto procedeu-se à apresentação no Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, de pedido de parecer prévio para a remodelação da Creche, tendo em vista o aumento da capacidade e eventual candidatura ao PRR.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a revisão do contrato de prestação de serviços de TIM – Técnico de Instalações e Manutenção / Gestor Energético detido com a Enerqai, face às alterações legislativas, para TGE – Técnico de Gestão de Energia, mantendo as condições contratuais em vigor.
- A 01 de setembro entrou em vigor a medida de “Gratuidade das creches” (Rede Creche Feliz) para todas as crianças nascidas a partir de 01 de setembro de 2021, no setor social e solidário, passando a Segurança Social a assumir a totalidade da comparticipação das famílias, ao abrigo da Portaria 198/2022, de 27 de julho.
 - A creche da Misericórdia integrou esta Rede, sendo que as crianças do 1.º e 2.º escalão de comparticipação também beneficiam da gratuidade anterior, prevista na Portaria 199/2021, de 21 de setembro.
- A 16 de setembro participamos no “Rodízio de Feijoadas”, integrado no programa da Festividade “Feijão.com(e)” promovido pelo Município de S. Pedro do Sul. Dia dedicado às associações do concelho, com objetivo de angariação de fundos.
- A 16 de setembro (e posteriormente a 29 de novembro) foi realizada visita de acompanhamento técnico à resposta social de SAD, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- A 29 de setembro confirmou-se a transferência da herança de Maria Branca Silva Santos, ativo contingente há três anos, no valor de 74.826,34€.
- Obtivemos o indeferimento da candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente a referente ao “Hotel Geriátrico”, com fundamento em falta de dotação financeira, referindo-se que, ao abrigo dos critérios de hierarquização, a candidatura da Misericórdia obteve a pontuação máxima possível atendendo o território onde estamos instalados.
- Em setembro, em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, procedemos à programação da campanha de administração alargada da vacina da Gripe a utentes das ERPI e colaboradores da MSPS e iniciamos, de igual modo, a campanha de administração da 3.ª dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes e da 2.ª dose de reforço dos colaboradores das ERPI.

4.º Trimestre

- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em outubro, o referente à prestação de serviços de manutenção preventiva do grupo gerador e PT – Posto de Transformação, com adjudicação à empresa Sandokan, Lda.
 - Em outubro, ainda e decorrente de consulta de mercado, o referente aos serviços de televisão e internet da instituição, com renovação do contrato detido com a MEO.
- No âmbito da campanha “Energia Solidária – 2022” promovida pela Entrajuda e Galp, foi reforçado o apoio em 2022, possibilitando a atribuição de mais uma garrafa de gás Galp, sem custos, a 37 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (77 beneficiários).
- A 16 de novembro foi realizada visita de acompanhamento técnico às respostas sociais de Centro de Dia – Casa das Amoreiras e ERPI Lar de Grandes Dependentes, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- A 16 de novembro e 12 de dezembro, foi realizada visita de acompanhamento técnico à resposta social de ERPI Casa da Quinta, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- Na Assembleia Geral de 27 de novembro, foi deliberado atribuir a qualidade de irmão benemérito a Maria Celeste de Paiva Gonçalves Soares e, a título póstumo, a António da Silva.
- Assinamos a 09 de dezembro, protocolo de colaboração com a Psicoespaço, para a realização de rastreios e consultas, em caso de necessidade, nas valências de psicologia, terapia da fala, terapia ocupacional e psicomotricidade, em crianças e jovens utentes.
- Participação na iniciativa de responsabilidade social do Santander de atribuição de “Cabaz Solidário de Natal 2022”, entidade promotora em colaboração com a UMP, tendo sido distribuídos pela Misericórdia 11 cabazes, preparados pelos colaboradores do Santander, para um conjunto de 11 agregados familiares (31 pessoas).
- A 18 de dezembro realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral para a eleição dos novos Órgãos Sociais para o quadriênio 2023/2026.
- No 4.º trimestre do ano, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em outubro, o referente à aquisição de uma serra ossos para a cozinha central da Misericórdia.
 - Em dezembro, o referente à aquisição de balcão de receção e armários de suporte em madeira para a Clínica.



- Em dezembro vimos aprovada a candidatura ao programa “Mobilidade Solidária” da Fundação EDP, para uma viatura elétrica adaptada ao serviço domiciliário e transporte de bens, instalação de *wallbox* e apoio à energia, submetida em julho.
 - A instalação da *wallbox* e entrega da viatura prevê-se para março de 2023.
- Foi aprovada a candidatura ao apoio à Creche por funcionamento em horário alargado, ano letivo 2021/22, e assinada a respetiva adenda ao protocolo de cooperação com a Segurança Social.
- Rececionamos informação de indeferimento da candidatura ao PROCOP para novo acordo de cooperação, a estabelecer para a resposta social de Centro de Dia, com fundamento em falta de dotação orçamental.
- Rececionados parecer favorável do GAT do Centro Distrital de Viseu (ISS), no tocante ao projeto de remodelação e aumento de capacidade da Creche.

Decorrente do referido no ano de 2021, durante o qual foram promovidas diligências junto do representante do cabeça de casal da herança de Maria Branca Santos (concretizada em 2019), no sentido de desbloqueio da partilha da verba da herança em depósito na Caixa Geral de Depósitos, sem sucesso, procedeu-se a uma última diligência no início de 2022, que resultou na validação da CGD e respetiva transferência da verba respeitante à Instituição e restantes herdeiros, a 29/09/2022.

A aplicação financeira em apreço, que estava a ser tratada como ativo contingente foi, deste modo concretizada no exercício de 2022, no valor de 74.826,34€.

Conjugando estes factos relevantes com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Foram remodelados dois apartamentos, tendo-se colocado os mesmos para arrendamento e iniciou-se a remodelação da Casa das Termas.
- Procedeu-se à aquisição de viatura ligeira elétrica com transformação para mobilidade reduzida (apolo PRR).
- Não se procedeu ao lançamento do concurso para as obras do Hotel Geriátrico, atendendo a incerteza do mercado.
- Procedeu-se a concurso e arranque das obras de adaptação de parte das instalações do antigo hospital para instalação de clínica laboratorial.
- Não se procedeu ao lançamento de concurso público para a remodelação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, atendendo a não aprovação do PARES 3.0 e PRR.

No sector patrimonial, em termos de desinvestimento

- Não se procedeu a qualquer alienação de património predial.

Em termos de ações de natureza estratégica

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado, no ano, num volume de 1718 horas de formação, ainda penalizado pela suspensão ou cancelamento de ações previstas, atendendo o plano de contingência Covid-19.
- Não decorreram no ano candidaturas ao PROCOP para as valências previstas.
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos, tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidades de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados, pessoal administrativo e pessoal auxiliar.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com as médicas, capelão e canalizador.

- **Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).**
- **Patrocínio jurídico (processos em curso) com:**
 - **Miranda, Barreto & Associados, SP, RL – processo AT, reclamação de IVA;**
 - **Luís Loureiro, João Gomes e Associados – Advogados, SP RL – acessória jurídica;**
 - **João Martins – processo de Divisão de Coisa Comum referente ao imóvel da R. do Sol ao Rato em Lisboa e José Almeida.**
- **Em termos de instituições bancárias de referência, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades, mantemos a relação comercial com:**
 - **Crédito Agrícola;**
 - **Caixa Geral de Depósitos;**
 - **Novo Banco;**
 - **Banco Montepio;**
 - **BPI (início de relações comerciais no ano de 2022).**
- **Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.**
- **Quadro associativo estável, contudo com ligeiro decréscimo no ano, atendendo o seguinte registo de evolução de irmãos no ano:**
 - **N.º de irmãos ativos a 31/12/2021: 597.**
 - **N.º de Irmãos admitidos: 13.**
 - **N.º de Irmãos cancelados (por falecimento, pedido do próprio ou exclusão nos termos dos Estatutos): 58.**
 - **N.º de irmãos ativos a 31/12/2022: 552.**
- **Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista “Caminho no Tempo”, newsletters, notas de imprensa.**

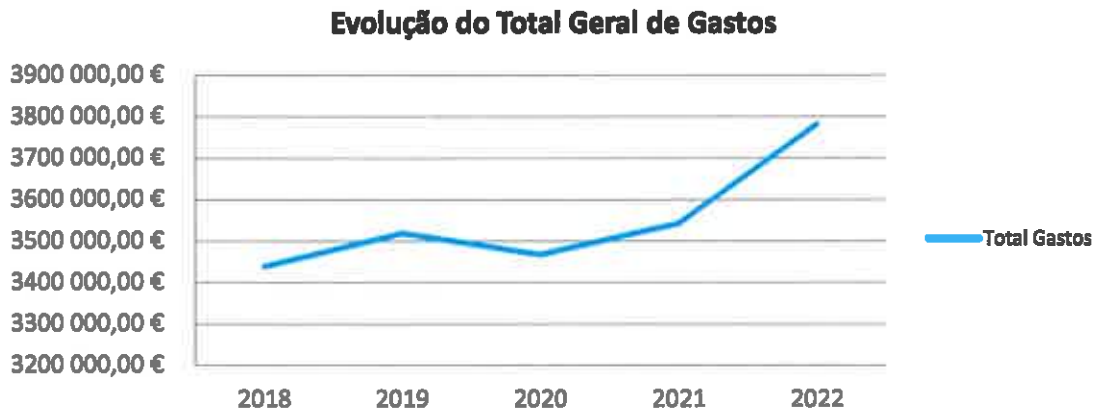


SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2022 de 3,78 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,78% face ao ano anterior.



Destacamos, sem prejuízo de uma análise mais cuidada, e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores gerais: agravamento (já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (7,93%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; agravamento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (32,73%); agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (2,13%); agravamento das depreciações e amortizações (9,28%); acréscimo das perdas por imparidade (219,45%); e redução de outros gastos e perdas (-18,42%).

Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está estável, apesar do agravamento de gastos registado de forma geral e em linha com o impacto da atualização da RMMG e da inflação galopante sentida no ano, salvaguardando-se, também, a manutenção de despesas extraordinárias associadas ao material e equipamento de combate à Covid-19 nas ERPI.

De facto, neste período de 2018 a 2022, a RMMG passou de 580€ para 705€. Esta progressão da RMMG representa uma subida de 21,55% cujo impacto está a equilibrar-se pela redução de outros gastos ou acréscimo de rendimentos.

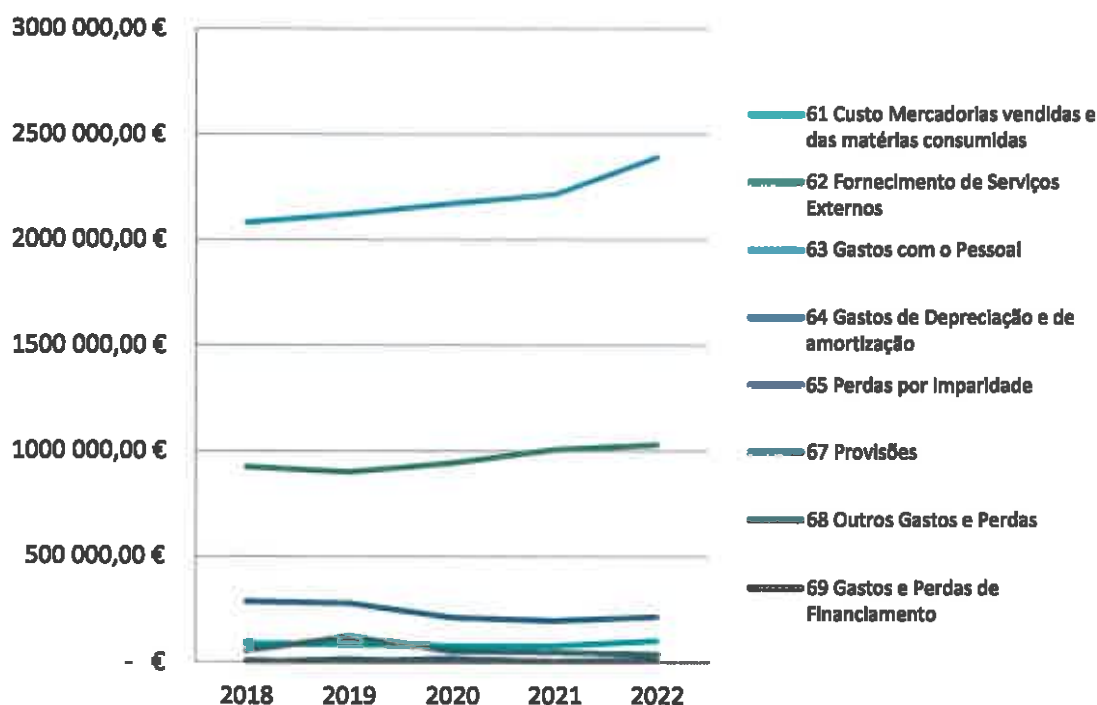
Dentro da estrutura de gastos, concentrando a análise nas rubricas materialmente relevantes, destaca-se nos FSE, o agravamento de combustíveis, com um acréscimo de 28,65% (36.450,25€), que releva para a preocupação institucional de aceleração na transição energética; agravamento dos subcontratos, nomeadamente de alimentação,

com uma subida de 7,29% (21.487,77€), decorrente da atualização de preços contratualmente prevista e do acréscimo de refeições confeccionadas por via do apoio alimentar extraordinário facultado a refugiados; e o agravamento das despesas de conservação e reparação quer de equipamentos (com subida de 54,24% e um valor de 13.127,28€), quer de viaturas (subida de 39,25%, que se traduz no montante de 4.154,44€) e que levanta preocupação face à idade e quilometragem do parque automóvel.

Por seu lado, o impacto das despesas de combate à Covid-19 (luvas, máscaras, termómetros, soluções desinfetantes, aventais, fatos, etc.) é, em termos relativos, de 31.469,45€. Gastos que a nível de compras desceram 48,92% face aos 61.608,90€ registados em 2021, aproximando-se já do padrão corrente.

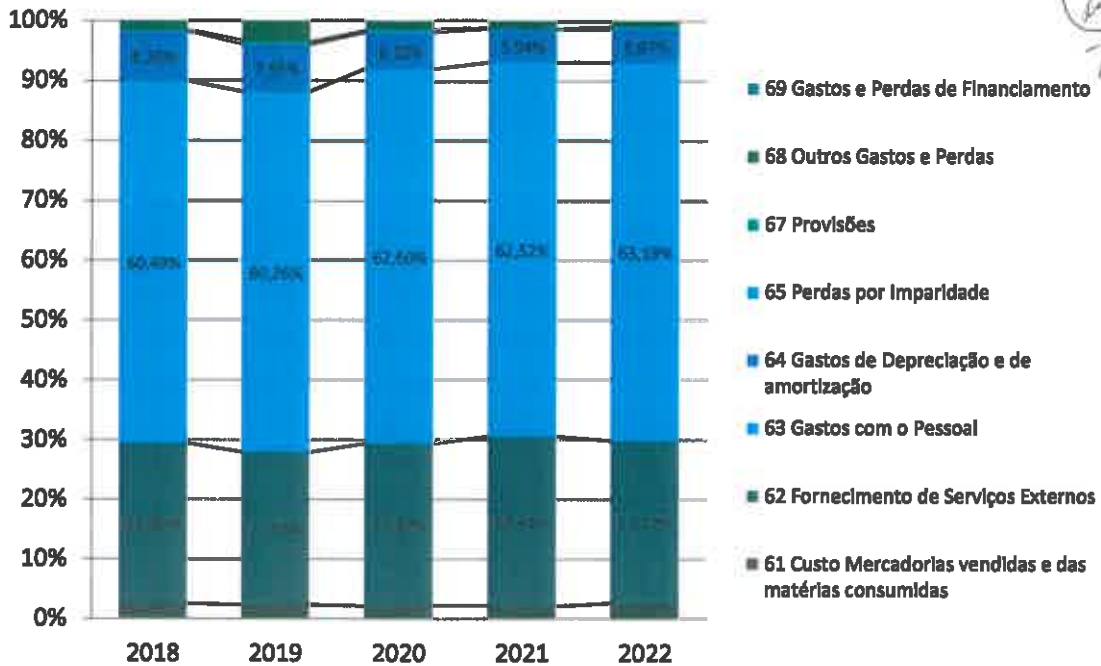
Destaca-se, também pela positiva, a redução dos encargos com eletricidade, que tiveram uma descida de 35,85% (montante de 22.680,49€), muito beneficiada pelas medidas nacionais de apoio, nomeadamente no tocante à redução do custo de acesso às redes.

Evolução dos totais de Gastos por tipo



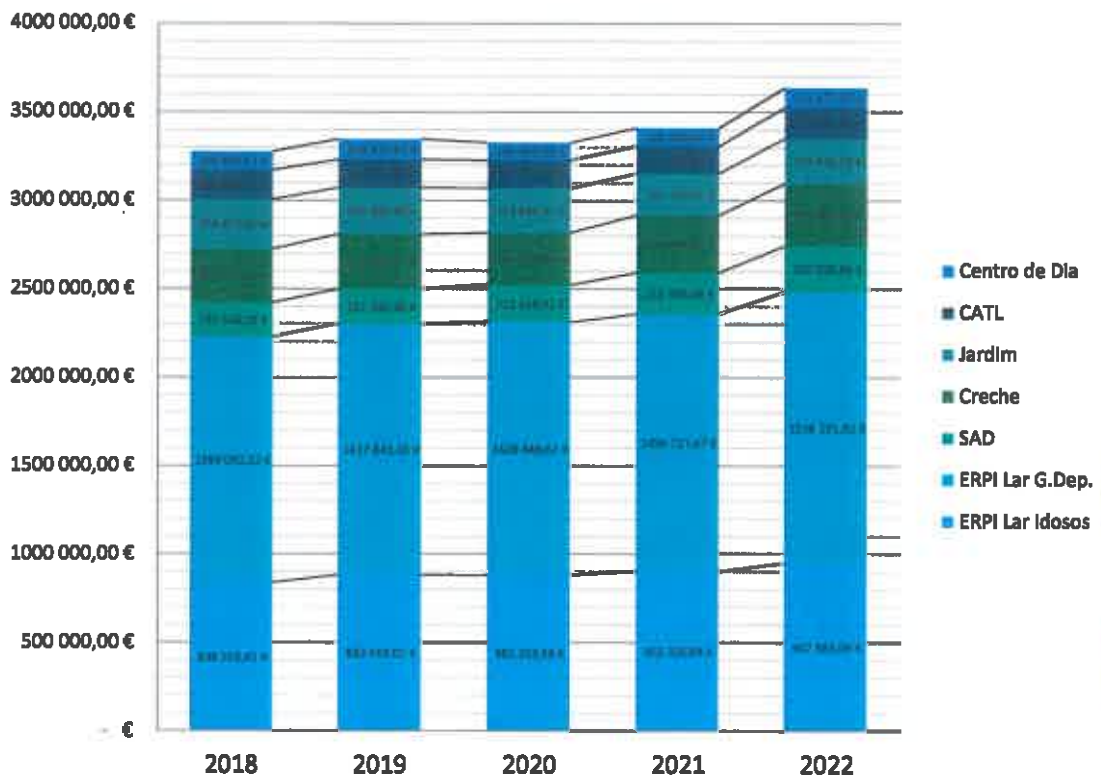
Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, em linha com os anos anteriores, têm também uma representação superior no total de custos, crescendo ligeiramente em 2022 para uma representação de 63,19% do total de gastos (aumento de 0,67pp – pontos percentuais). Destaca-se, ainda e como grande rúbrica de gastos, o FSE Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual desce para 27,17% (-1,24pp) no mesmo ano.

Evolução do Peso Percentual de Gastos e Perdas



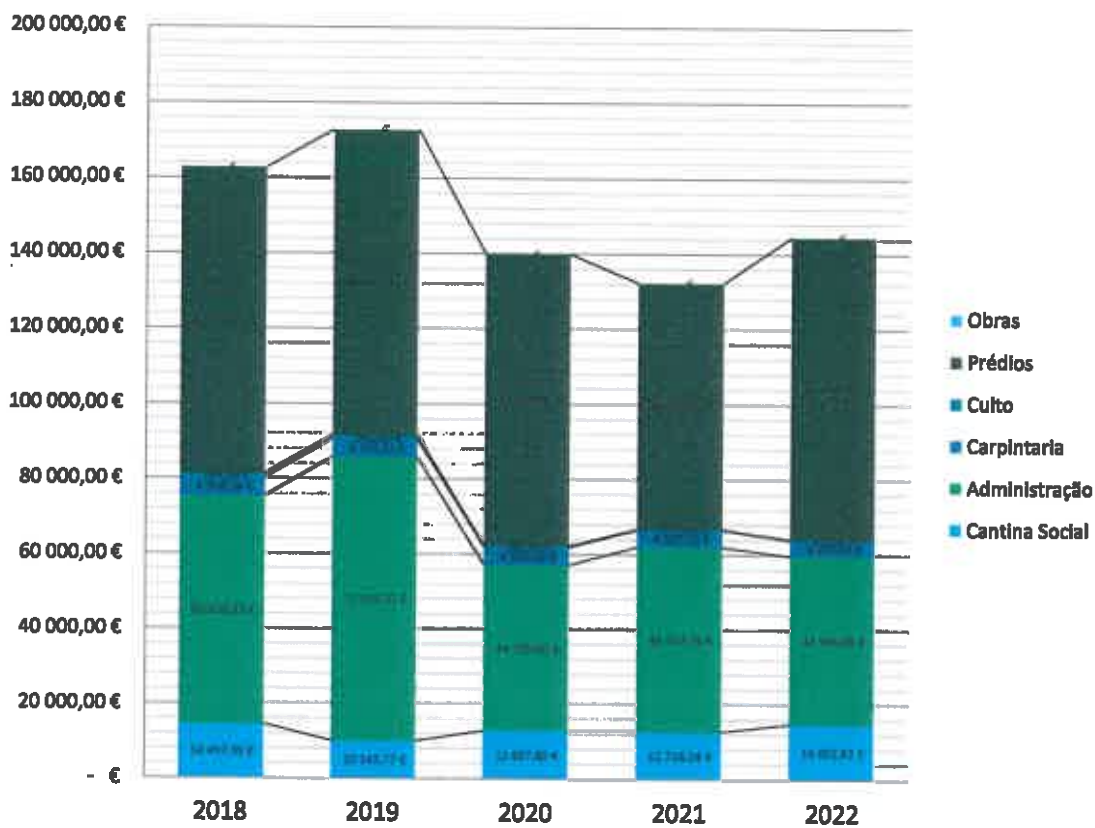
A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 76% dos gastos (mantém peso percentual) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



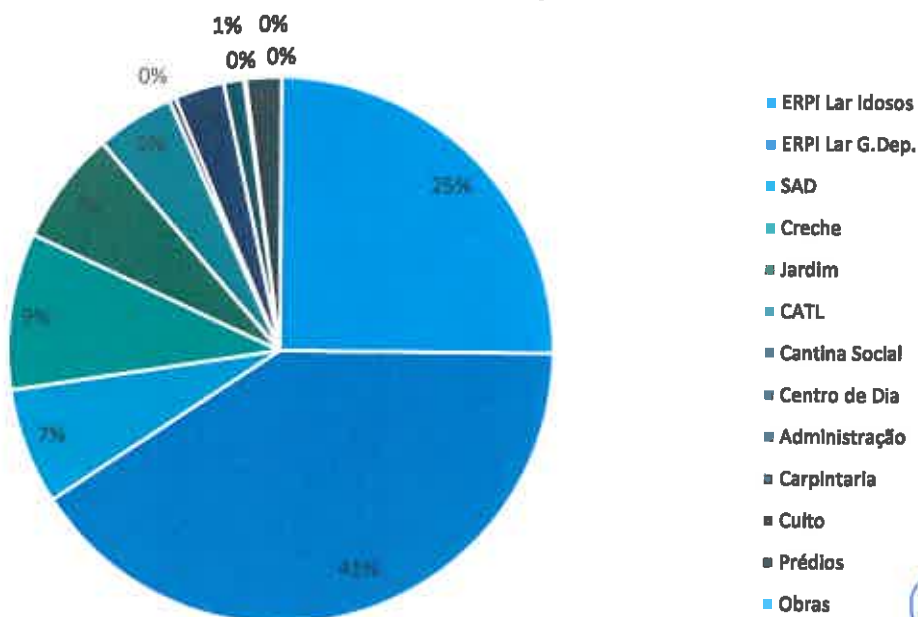
[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and another at the bottom right.]

Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2022



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

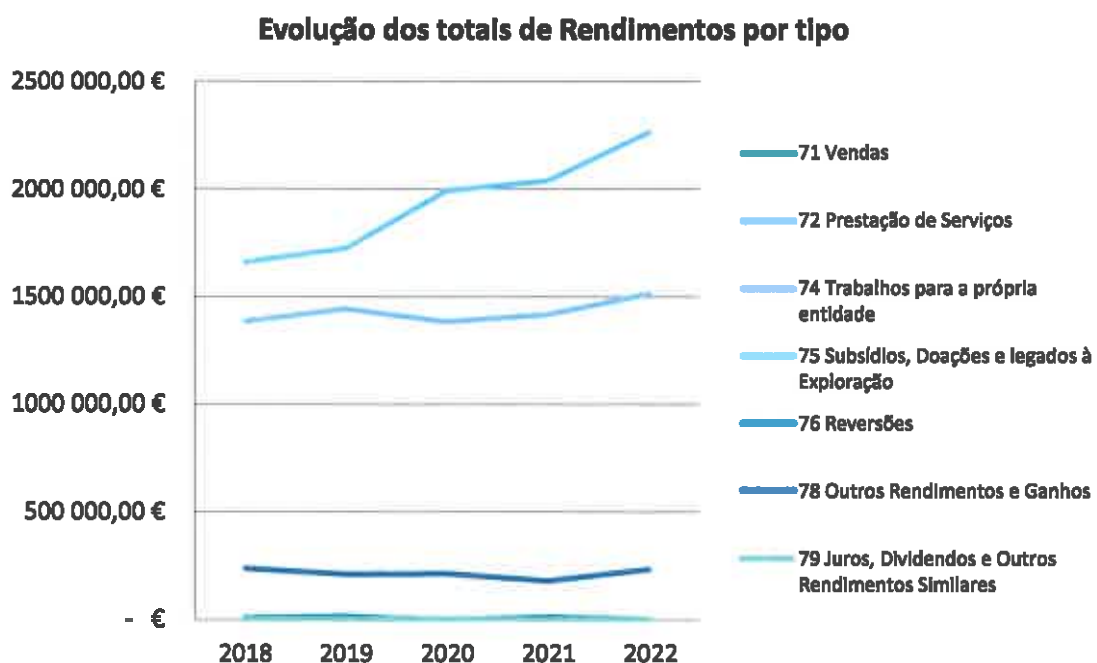
2. Evolução do total de rendimentos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 4,0 milhões de euros em 2022, o que representa um acréscimo de 9,95% face ao ano anterior.

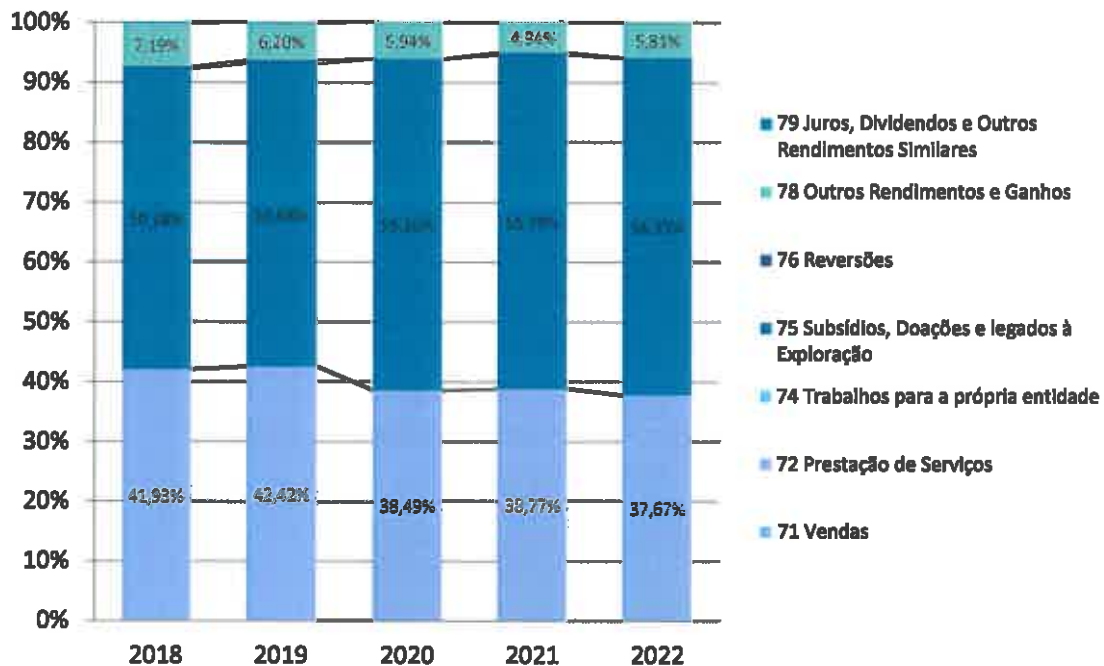


Discriminando a estrutura dos rendimentos, verificamos uma preponderância dos subsídios, doações e legados à exploração, em continuidade de processo de recuperação no ano de 2022, com uma quota de 56,33% do total de rendimentos no ano (+0,5pp), o que representa um crescimento de 11,01% destes rendimentos face ao ano anterior, via atualização das participações e registo de doações no ano.

Segue-se a prestação de serviços (participações diretas dos utentes/familiares), com 37,67% em 2022 (-1,1pp), contudo, apesar de menor peso, traduz um acréscimo de 6,84% face ao ano anterior, considerando o funcionamento regular de todas as respostas sociais ao longo do ano.



Evolução do Peso Percentual de Rendimentos



Destaca-se, ainda, o acréscimo de 29,34% nos “Outros rendimentos e ganhos”, impulsionado pela colocação de dois apartamentos no mercado de arrendamento; pela correção de capacidade de trabalho de uma colaboradora (diminuição da capacidade e apoio adicional do IEFP); bem como pelas regularizações de contas correntes de utentes no ano e cobranças duvidosas (dívidas de anos anteriores regularizadas no ano).

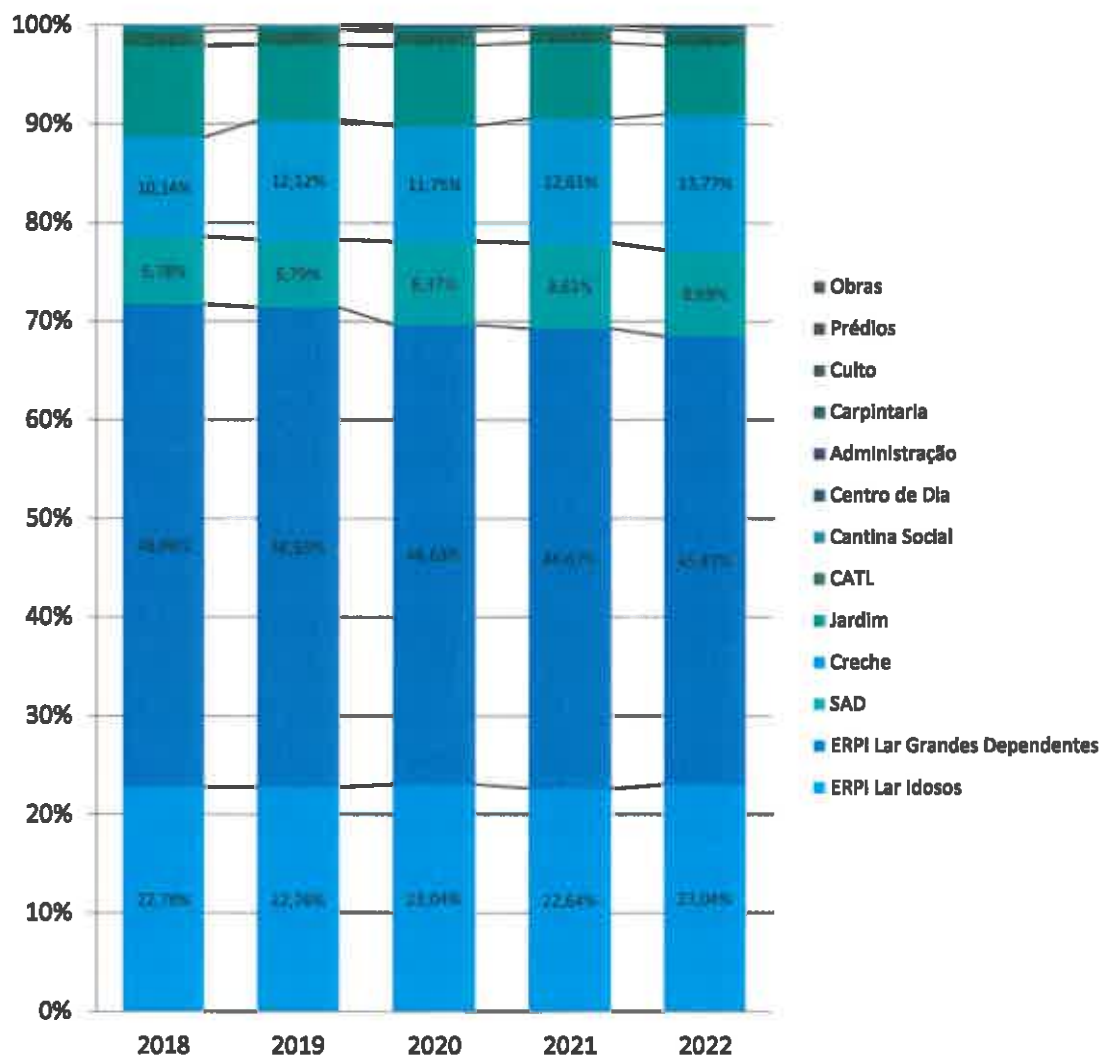
Em termos da rubrica de “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, registamos a redução de 9,22% do rendimento, penalizada pela descida contínua das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam menos 4.346,31€ por comparação a 2018 (valor atual cifra-se em 1.622,24€). Nesta última rubrica, começa a fazer-se sentir, de forma ténue, a tendência de subida das taxas, as quais terão repercussão nos anos subsequentes, mantendo-se o mesmo nível de investimento.

Nota genérica, ainda, para a evolução, dentro da rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”, à componente exclusiva dos subsídios do ISS (comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação – entidade de tutela). Esta tem registado um crescimento contínuo no período 2018-2022, que vinha da revisão do acordo de cooperação da creche (inclusão de mais 15 crianças), complementado no período com a atribuição do complemento por funcionamento em horário alargado também na creche; da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de mais 10 utentes); com a implementação da medida de gratuidade de forma alargada na creche em 2022; e com a atualização anual dos acordos de cooperação.

Os fatores anteriores, conjugados, representam um acréscimo de 6,90% destes proveitos de 2021 para 2022.

Em termos de peso desta componente específica, por relação ao total de rendimentos, registamos uma estabilização entre 2018 e 2020 em pouco mais de 49% e uma subida em 2021, com passagem para uma fatia maioritária de 52,35% do total de rendimentos. Em 2022, regista-se uma redução de 1,45pp, cifrando-se este peso percentual em 50,90% e um montante de 2.044.156,54€. Valor que contempla a componente de compensação salarial do Ministério da Educação no Pré-escolar e o apoio associado à candidatura ao programa “Adaptar Social+” (Incluindo o reforço – refletido nas ERPI).

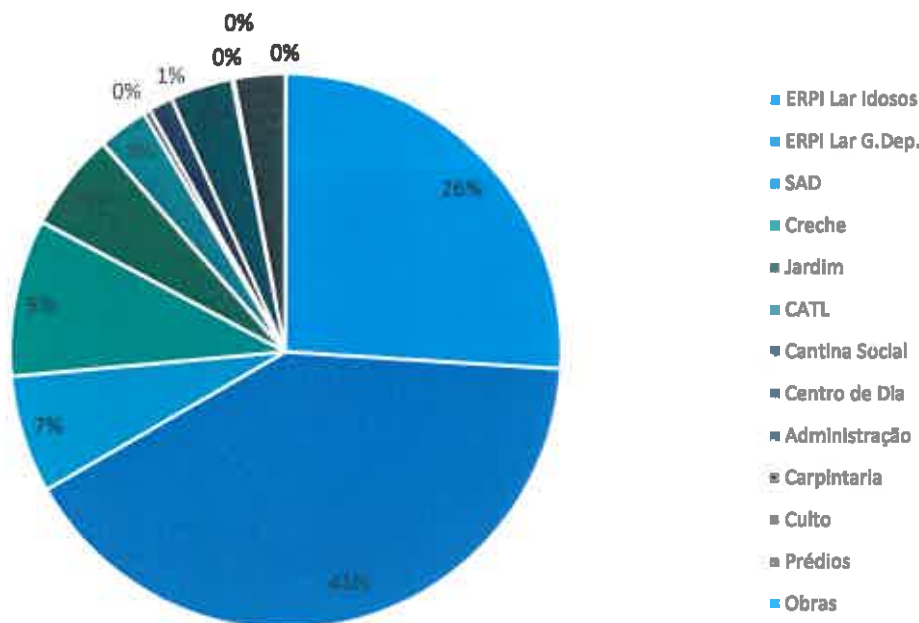
Evolução do Peso Percentual dos Subsídios do ISS (Comparticipações)



A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 75% dos rendimentos (-2pp) e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and another at the bottom right.]

Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2022



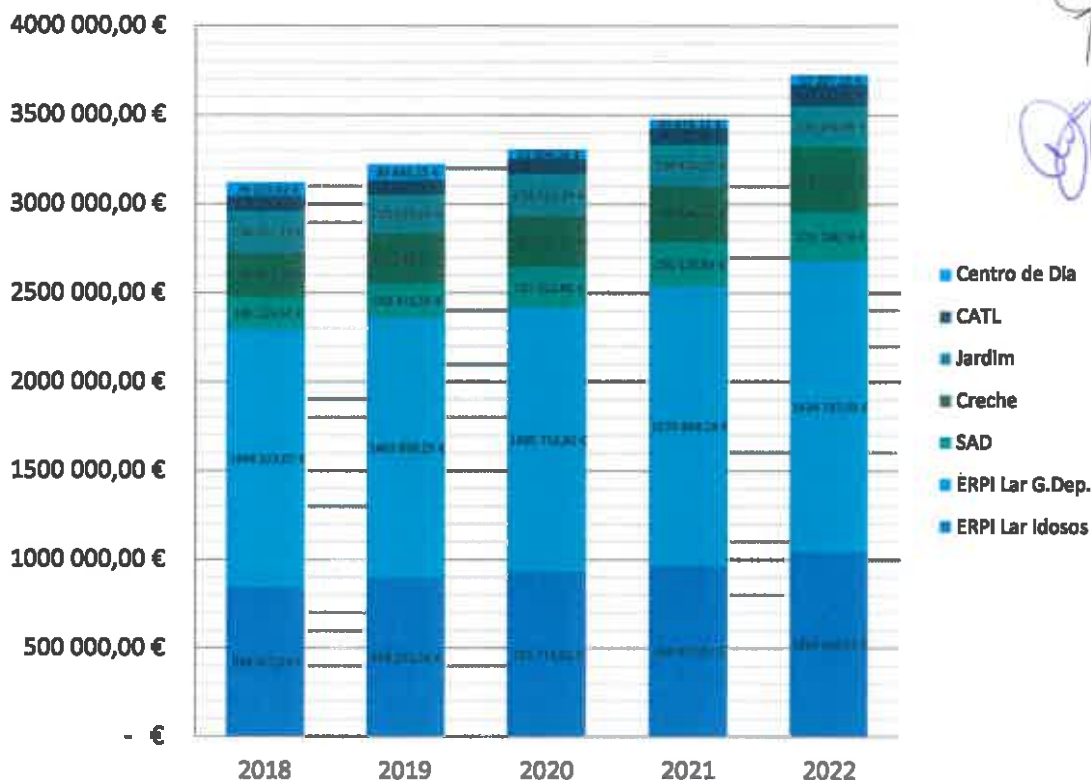
Pela positiva, e face ao descrito já anteriormente, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se: o crescimento de 10,04% dos rendimentos no SAD e 15,37% no Centro de Dia, dentro da área sénior; o crescimento de 16,98% dos rendimentos na creche e 26,02% no CATL, ambos na área de infância; e na comunidade, o crescimento de 90,05% dos rendimentos da Cantina Social, pela regularização de parte dos pagamentos associados ao POAPMC (programa de apoio alimentar) e outros apoios alimentares extraordinários aos refugiados, via Segurança Social ou Câmara Municipal.

Ressalva-se, no tocante ao Centro de Dia “Casa das Amoreiras”, que esta resposta social ainda se encontra em recuperação de utentes face ao período de encerramento a que se viu obrigado durante a fase pandémica da Covid-19.

Pela negativa, apesar de materialmente não relevante, registamos uma redução de 0,10% dos rendimentos do Pré-escolar, contribuindo para tal uma redução do número de crianças em frequência, com especial enfoque a partir de setembro de 2022. Esta situação está a conduzir a uma estabilização de rendimentos, a qual, face ao crescimento das despesas, nos lança um alerta para o acompanhamento da sustentabilidade da resposta social em apreço.

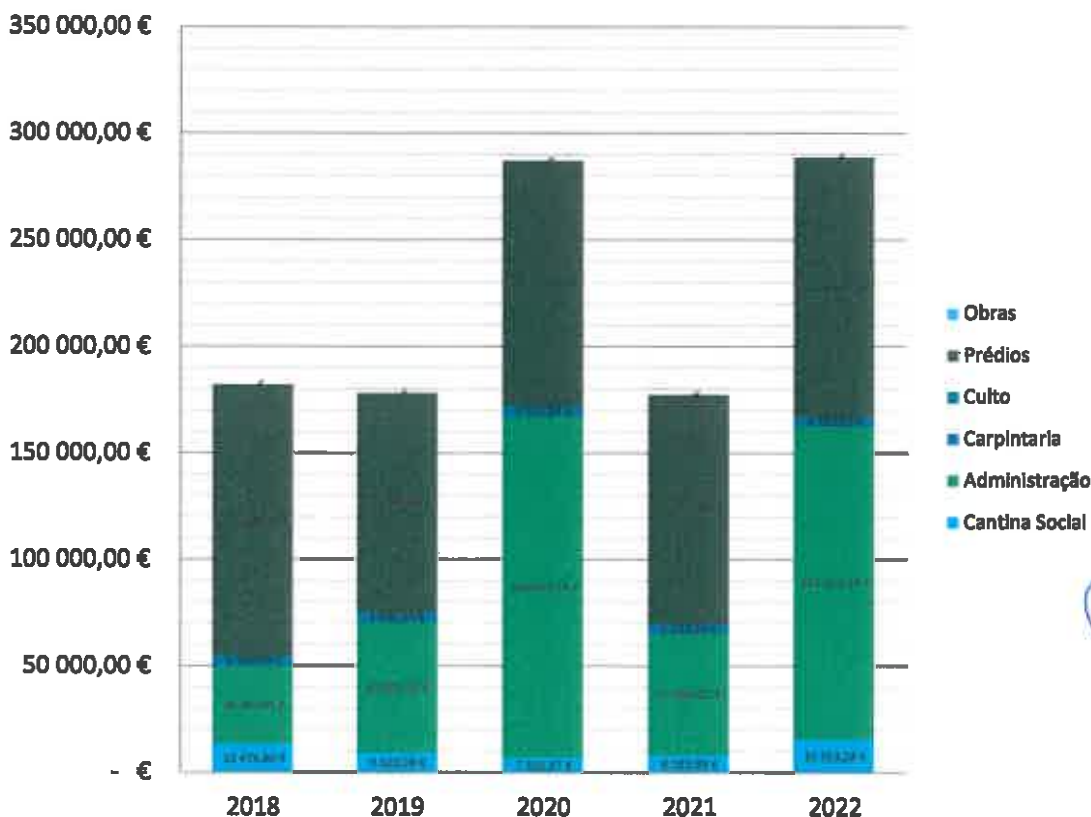
Refira-se, ainda, o acréscimo de 157,51% de rendimentos na Administração, essencialmente pela concretização em 2022 da herança contingente de 2019 e o acréscimo de 13,45% nos Prédios, decorrente quer da atualização, quer de novos contratos de arrendamento estabelecidos.

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



[Handwritten signatures and initials]

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas



[Handwritten signatures and initials]

3. Evolução do resultado líquido do exercício

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2018-2019 deficitária, resultado que foi invertido no período 2020-2022, no qual registamos globalmente rendimentos superiores aos gastos, refletindo resultados globais líquidos de exercício positivo, pelo que finalizamos 2022 com um resultado líquido do exercício positivo de 233.690,50€.

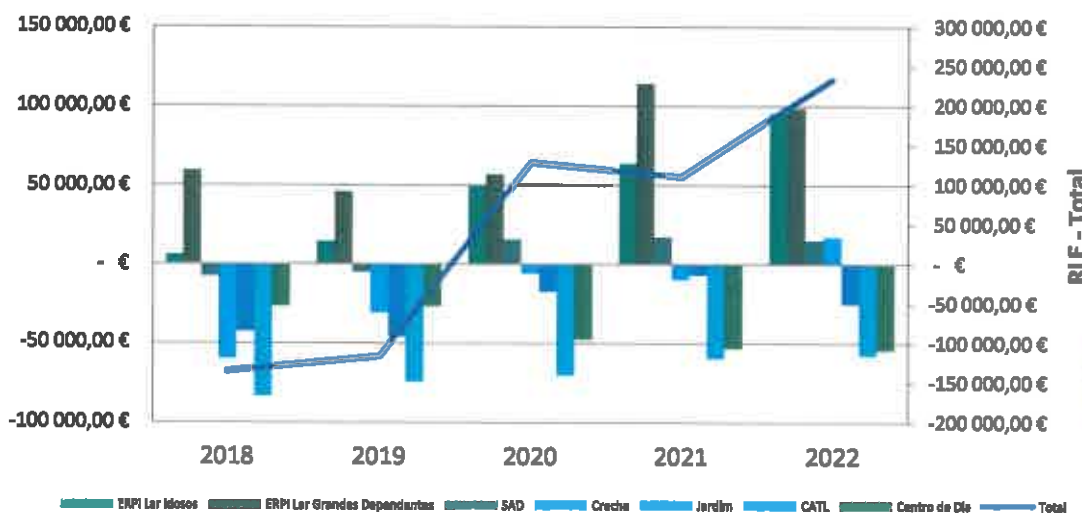
Neste período de 5 anos temos procedido a redução sustentada das alienações e recuperação de Imóveis para colocação no mercado de arrendamento, com rendas atualizadas mas acessíveis face às praticadas no mercado local, pelo que estamos com um resultado líquido dos prédios estável.

A referir, também, o acréscimo de gastos com recursos humanos (que subiram 14,89% no mesmo período), detendo os mesmos, em 2022, um peso de 59,51% no total dos rendimentos (-3,46pp que em 2018).

Destacamos, ainda, que para este resultado contribui um desempenho de recuperação generalizada das várias valências, excetuando-se o Centro de Dia fruto dos condicionalismos inerentes e já referidos: inexistência de acordo de cooperação e encerramento prolongado face à Covid-19, estando o mesmo em processo de recuperação de frequência.

Particularizando, destacamos o impacto positivo contínuo das iniciativas de gestão adotadas desde 2017 na área de infância, as quais continuam a refletir um caminho de recuperação e estabilização: em 2022 registou uma recuperação de 13,84%, tendo-se terminado o ano com um resultado de 66 mil euros de prejuízo (recuperação de 10.552,46€ face a 2021), o melhor resultado do período, com especial destaque para o resultado da Creche que é, pela primeira vez, positivo (17.209,33€).

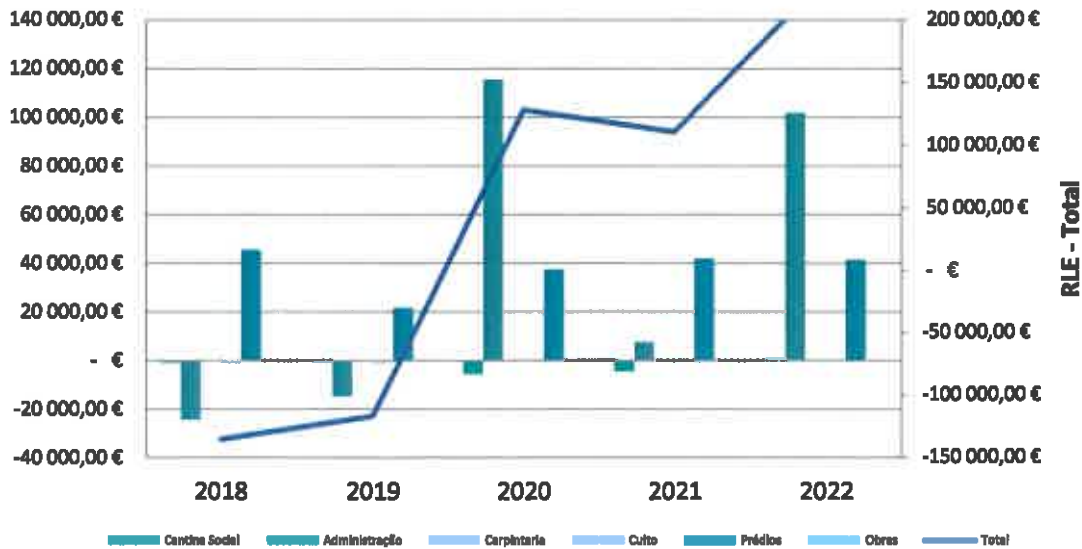
Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas

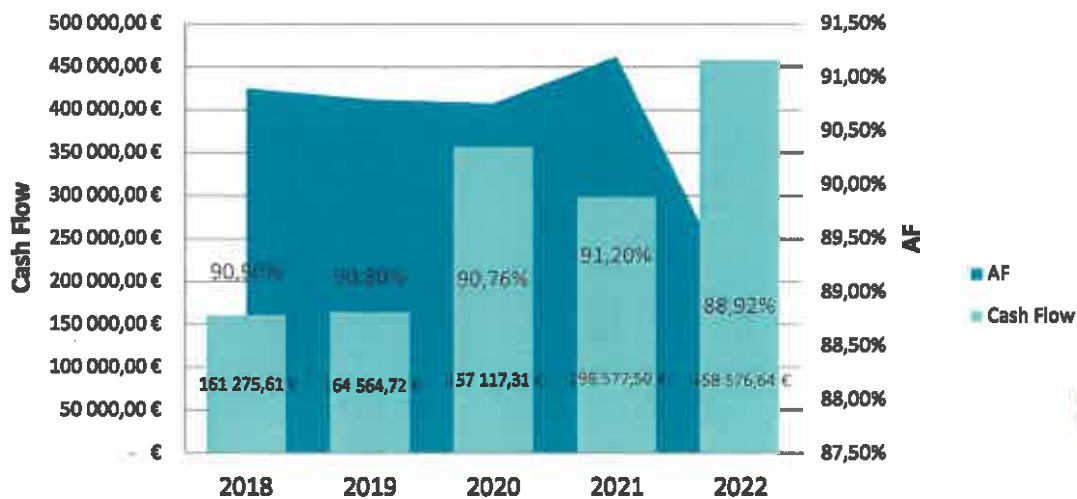


Em 2022 aponta-se, também, o crescimento do resultado da Administração, impactado com o efeito da concretização da herança que estava registada como ativo contingente.

Anulando-se o efeito das depreciações e amortizações, que subiram 9,28% em 2022 (face o acréscimo patrimonial), o resultado líquido passaria para valores na ordem dos 448 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 5,67%, no total de gastos e, conseqüentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

Decorrente do anterior e considerando os dados da DMR – Demonstração de Resultados, registamos em 2022 uma subida do excedente financeiro líquido da atividade (cash flow) para 458.576,64€ (mais 53,59% que o registado em 2021).

Evolução do Cash Flow e Autonomia Financeira



Obs.: As variações de provisões/imparidades também estão consideradas no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right side of the page.]

Por seu lado, considerando os dados do Balanço, registamos uma autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, ie, pelos fundos patrimoniais) que, apesar do ligeiro decréscimo (-2,28pp), se mantém em valores estáveis e favoráveis (88,92%). Refira-se que o aumento dos fundos patrimoniais (4,90%) foi menor que o aumento do total do ativo (7,59%).

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação de algumas valências, a par do impacto na economia nacional que a Guerra na Ucrânia e a escalada inflacionista que se tem vindo a refletir nos preços correntes de bens, matérias-primas e serviços, poderá trazer, por associação, revelam uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas respostas sociais de Pré-escolar e CATL, não se descuro os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos, sendo intenção da instituição, condicionada a verificação de algum apoio público, nomeadamente do PRR, proceder a intervenção nos pisos 0 e 1 do edifício afeto a estas respostas sociais, com vista à melhoria da eficiência energética e aumento da capacidade instalada na Creche.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de Infância no concelho/região a nível da Creche e Pré-escolar a funcionar em horário alargado. Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas cabais à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município, capazes de acolher os atuais utentes em caso de encerramento desta resposta social. Não obstante, estas alternativas têm regras de funcionamento totalmente dispares das associadas aos CATL e respetivas condições financeiras de frequência, o que poderá significar uma preocupação adicional de sustentabilidade desta resposta, a par do desinvestimento flagrante da tutela nas respostas sociais de CATL a nível nacional, não se verificando, inclusive, candidaturas ao PROCOOP para a revisão de acordos.

Do anterior, poderemos vir a assistir a um decréscimo de utilizadores do CATL, possibilidade que, conjugada com a indisponibilidade da tutela para a alteração do tipo de acordo de cooperação (ou revisão) e eventual agravamento de custos face à conjuntura económica atual, poderá levar os órgãos diretivos da Misericórdia a ponderar o seu encerramento, balanceando sempre com a sua função social.

Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, conseqüentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das participações familiares, a participações baixas. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche e da medida de gratuidade mas ainda patente no CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a recuperação/a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição.

Esta premissa obriga-nos a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos resultados nesta área (como referido, os menos gravosos e em recuperação contínua nos últimos 5 anos); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter as medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos, tentando mobilizar de forma mais alargada os irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

4. Grandes Números da Atividade da MSPS

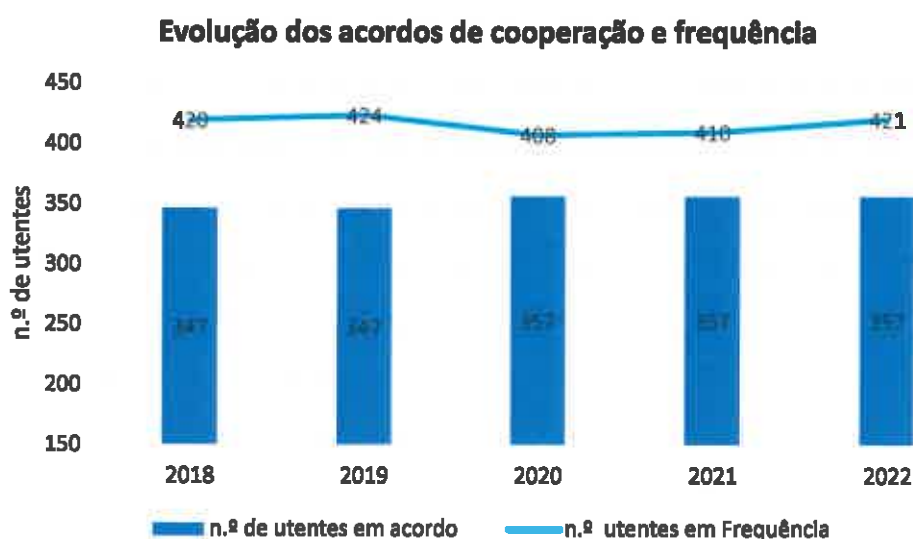
Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários e, desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos), tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe, o seu estatuto, o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Utentes e Beneficiários

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação em 2020, com a revisão

do acordo de cooperação do SAD em mais 10 utentes, passando estes para 357. Enquadramento que se mantém no ano de 2022.

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2020, motivada pelo encerramento temporário das respostas da área de infância e do Centro de Dia. Mesmo motivo que levou a estabilização em 2021, contudo em 2022 já se regista recuperação, apresentando-se um valor de 421 utentes em frequência média anual, já próximo dos valores pré-pandêmicos.



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2022, na área sénior:

Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	55	20	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	40	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	15	20	0	0

Anota-se a recuperação gradual do Centro de Dia, com um número médio em frequência que passou de 15 em 2021 para 20 em 2022 (acréscimo de 33%), mas ainda longe da frequência aquando do encerramento obrigatório, imposto pelas medidas nacionais de combate à Covid-19.

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	76	57	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	---
Utentes fora do acordo de cooperação	16	-4	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos mais 2,68% de utentes que em 2021, num total de 421 utentes (228 na área sénior e 193 na área de infância), dos quais 64 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Nota final, também, para o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdias Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas, registamos a seguinte informação média em 2022:

Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT
Compromisso	12 refeições diárias	48 beneficiários	---	---
Beneficiários	9 agregados familiares (9 pessoas)	88	42	40
Observações	Servidas em média 12 refeições diárias	41 agregados familiares (revisto de 37 para 48 beneficiários em 2020)	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"	

À exceção do PO APMC e da Cantina Social (acordo prorrogado até final do 1.º semestre de 2023 e em mudança de paradigma e transição para o PO APMC), em que há apoio financeiro à sua execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Destacamos, nesta linha de apoio e face a dezembro de 2021, o decréscimo de 24% dos beneficiários de apoio alimentar em 2022, mais pormenorizado no capítulo “Mitigação da pandemia Covid-19”.

Referimos, de igual forma, o apoio extraordinário a refugiados, nomeadamente alimentar e de alojamento, que destacaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia”.

A nível do BAT, no final de 2022, tínhamos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 28 camas articuladas, 7 cadeiras de rodas, 3 andarilhos, 1 cadeira de banho e 1 par de muletas.

Colaboradores

Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização ao longo destes cinco anos, em números absolutos, numa média de 182 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (5), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.



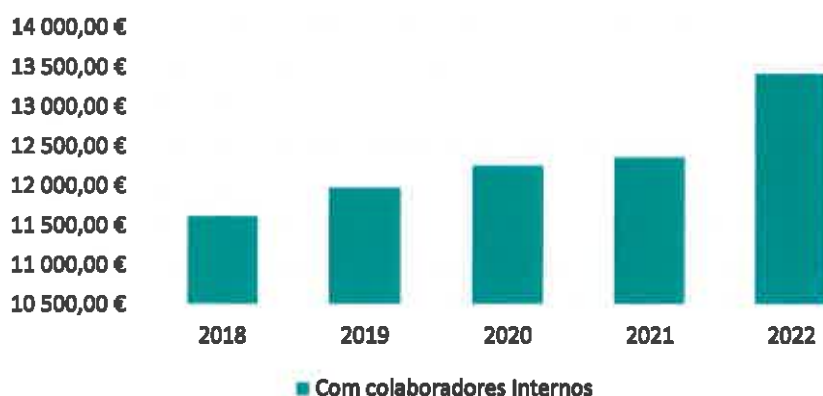
Em 2022 registamos um número médio mensal de 182 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 178 colaboradores (97,80%), todos com contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS.

Os restantes 2,20% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 13.428,05€ por colaborador em 2022, mais 8,54% face ao ano anterior.

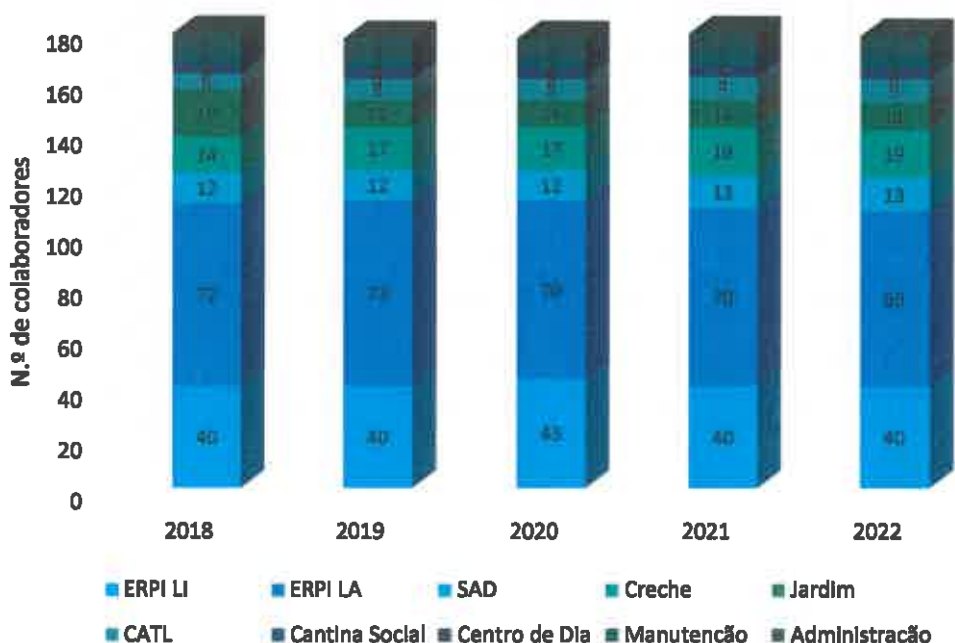
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Evolução do rácio gasto/colaborador



Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado estável, prevalecendo o peso das ERPI e uma manutenção no cômputo das respostas da área de infância.

Evolução dos Colaboradores Internos por Resposta Social



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

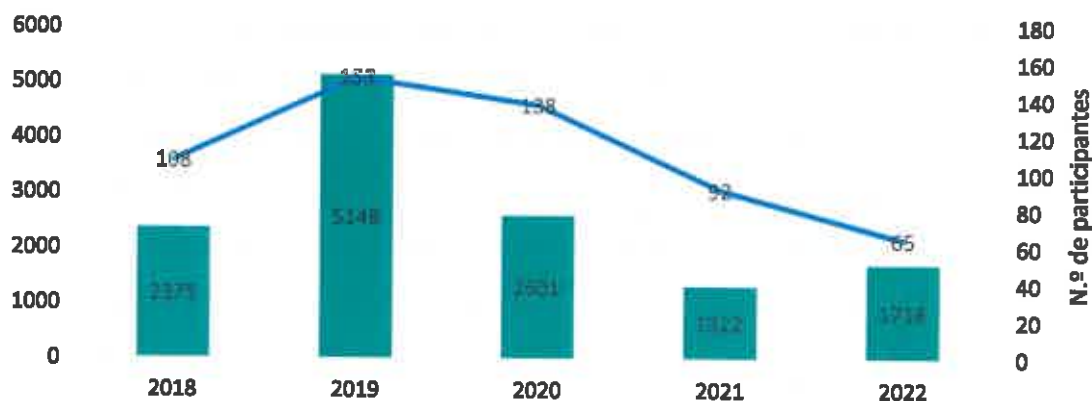
Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoa de secretaria, recursos humanos, direção.

Do anterior, prevalece o respeito pelos rácios de colaboradores/funções indicativos para cada resposta social, nos termos normativos legais, tal como confirmado nas ações de acompanhamento da Segurança Social, detendo-se, inclusivamente colaboradores e categorias para além das normalmente exigidas, o que nos confere uma segurança e qualidade de serviço superior.

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual se tem apostado, não obstante neste último ano, apesar de alguma recuperação, ainda nos termos visto obrigados a suspender e/ou cancelar uma série de ações programadas, em virtude das restrições nacionais de combate à Covid-19 que inviabilizaram a formação presencial e o recurso a formação à distância é uma barreira em determinadas áreas de serviço e grupo de colaboradores. Nestes termos, o ano de 2022 terminou com um volume de 1.718 horas de formação (mais 29,95% que em 2021) e 65 colaboradores envolvidos, o que dá uma média de 26 horas de formação por participante.

Face ao ano anterior, apesar de registarmos uma quebra no número de colaboradores participantes em ações de formação (menos 29,35% de participantes), registamos um acréscimo de 83,94% no número de horas de formação por participante.

Evolução do número de horas de formação anual



Obs.: Em 2022 procedeu-se à retificação dos dados dos anos anteriores, atendendo a entrega e registo posterior de certificados de formação.

■ Número de horas de formação (volume anual)
 — Número de participantes em ações de formação

Ressalva-se que, atendendo a consolidação dos dados de formação, verificou-se que alguns dos dados anteriores a 2022 estavam sub-representados, em virtude da entrega pelos colaboradores e registo posterior aos relatórios de gestão, de alguns certificados de formação.

Para finalizar este pequeno enquadramento dos Recursos Humanos da MSPS, reforçamos que o empenho dos nossos colaboradores, ao longo dos anos de existência desta Misericórdia, foi sempre digno de ser assinalável. Ressalvamos, no entanto, a dedicação acrescida dos mesmos, no ano a que reporta o presente relatório: reconhecemos e enalteçemos o seu esforço de trabalho nas condições adversas que atravessamos durante a fase pandémica, traduzindo-se este numa força coletiva e mobilizadora para se alcançar com êxito as medidas de mitigação implementadas.

5. Mitigação da Pandemia de Covid-19

Atendendo o impacto direto e indireto que a pandemia Covid-19 tem implicado nas rotinas diárias em contexto pessoal e institucional, a par do impacto social, económico e de saúde nestes últimos três anos, não podemos deixar de voltar a anotar alguns aspetos que o combate a esta doença implicou na gestão e funcionamento da instituição.

Quanto ao impacto inicial, em fevereiro e março de 2020, já o referimos de forma mais exaustiva na prestação de contas desse ano. Não obstante, relembramos a apreensão e o desconhecimento público da dimensão e melhor adequação das estratégias a nível nacional, reflexo, muitas vezes, na receção de orientações e informação contraditória. A instituição, à semelhança de muitas outras, viu-se obrigada a elaborar e a adaptar um plano de contingência (e respetivo anexo – plano de desconfinamento), a adaptar as infraestruturas, circuitos de movimentação interna, regras de acesso às instalações e a rever toda a cadeia de abastecimento de materiais e equipamento.

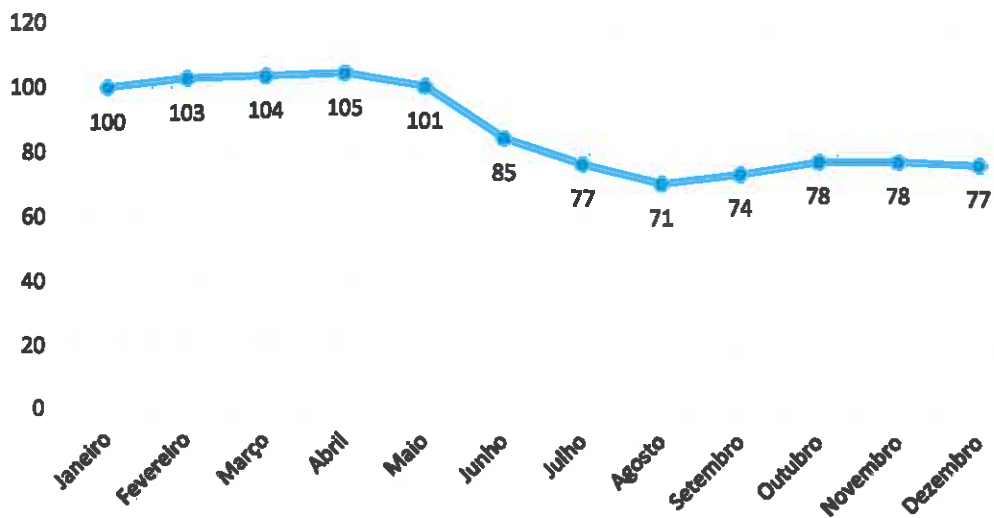
O corrente ano de 2022, mantendo-se as orientações da DGS em vigor, será o último ano de constrangimentos materialmente relevantes, atendendo a normalização da doença em apreço e a respetiva assunção como endémica. Nestes termos, não havendo fatores extraordinários em contrário, considerar-se-á como cessado os reportes estatísticos, perspetivando-se apenas a manutenção, para além das boas práticas de higiene, desinfeção e saúde gerais, o uso obrigatório de máscara pelos colaboradores nas ERPI (e respetivo acesso de familiares de utentes e terceiros), bem como o novo modelo de realização de visitas (com agendamento para evitar aglomerados).

Sem prejuízo, assinalamos os seguintes marcos de atuação e gestão:

- Adaptação do Plano de Contingência/desconfinamento de acordo com as orientações e normas mais atuais da DGS.
- Funcionamento regular e sem restrições nas respostas sociais da área de infância.
- Mantiveram-se canceladas, ao longo da generalidade do ano, as atividades socioculturais gerais e de participação comunitária e/ou InterInstitucional, estando-se agora num processo de abertura gradual.

Em termos da evolução mensal e em números absolutos, atendendo os efeitos nefastos da pandemia na economia (desemprego, redução de rendimentos familiares, etc.) que levou a um crescendo de sinalização de famílias para este apoio alimentar, exponencial até março de 2021, como já refletido nas contas desse ano, mantivemo-nos perto da capacidade máxima até maio de 2022, mês a partir do qual, com a revisão automática pela gestão do projeto, entramos num ciclo de redução de beneficiários e finalizou-se o ano de 2022 com 77 beneficiários (corresponde a 34 agregados familiares).

Evolução mensal de beneficiários PO APMC em 2022



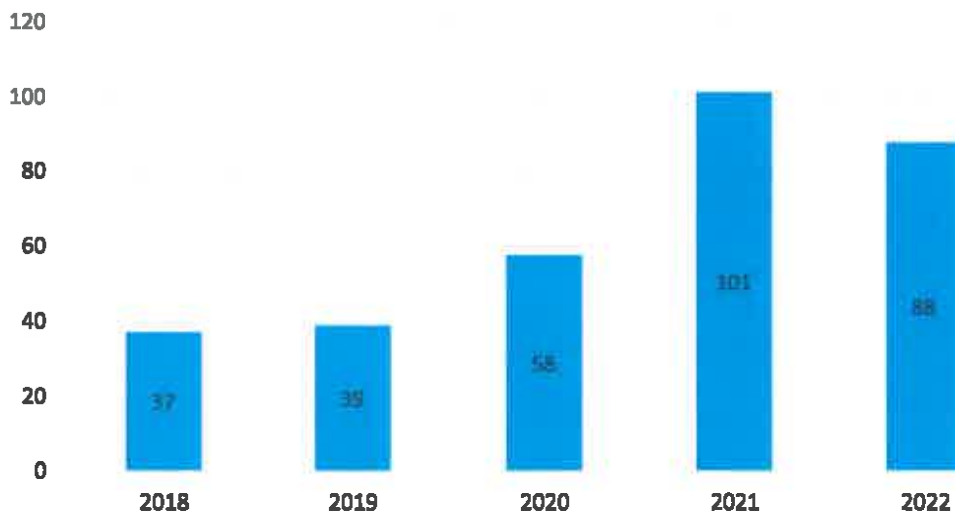
Por fim, deixamos os dados estatísticos da situação pandémica a nível interno, a 31/12/2022, incluindo-se o enquadramento vacinal contra a Covid-19, considerando-se, à exceção do n.º de testes realizados (que é total) apenas os dados associados aos utentes e colaboradores ativos na data em apreço.

Indicador	N.º de Testes à Covid-19 realizados	Casos confirmados Covid-19	Casos Recuperados	Cobertura Vacinal
Utentes	2.411 Área Sénior: 2.069 Infância: 342	219 Área Sénior: 151 Infância: 68 (Reinfeções: 39)	219 Área Sénior: 151 Infância: 68	Completo: 153 (Apenas dados das ERPI) 1.º Reforço 150 (98%) 2.º Reforço 149 (97%) 3.º Reforço 145 (95%) (Apenas dados das ERPI)
Colaboradores	2.140 (1.915 Área sénior; 225 Infância)	140 (28 reinfeções)	140	Completo: 181 (99%) 1.º Reforço: 179 (98%) 2.º Reforço: 76 (42%) (Das várias respostas sociais)
Observações	Inclui testes rápidos e testes PCR realizados com participação ou por intermédio da Misericórdia, excetuando-se eventuais testes realizados a título particular. Os casos confirmados e recuperados referem-se a utentes e colaboradores ativos a 31/12/2022. Não obstante, registaram-se 6 óbitos de utentes por Covid-19, 4 nas ERPI e 2 no SAD ao longo dos 3 anos.			Considera-se os utentes e colaboradores ativos a 31/12/2022, não estando consideradas o respeitante às saídas.

- As visitas a utentes das ERPI já decorrem sem constrangimentos, solicitando-se apenas o agendamento para se evitar aglomerados e possibilitar que as mesmas decorram ao longo de todo o dia. Mantém-se, contudo, a obrigatoriedade do uso de máscara.
- Mantiveram-se implementadas estratégias de contenção e compartimentação de espaços, para evitar cruzamento de utentes e equipas afetas a alas funcionais dos vários equipamentos sociais.
- Em termos de compra de equipamentos e materiais de consumo diretamente associados à proteção individual, higienização e desinfeção (luvas, máscaras, termómetros, aventais, soluções desinfetantes, fatos, etc.), aproximamo-nos já do padrão corrente, tendo a sua compra/uso em 2022, tal como já referido anteriormente, representado um decréscimo de 48,92% face aos valores de 2021 (compras passaram de 61.608,90€, para 31.469,45€).
- Ao longo do ano e face às alterações dos normativos, passamos de fases de testagem e rastreios regular para a aplicação de testes à Covid-19 apenas por indicação clínica e face à necessidade de diagnóstico complementar.
- Mantivemos a articulação com a UCC de São Pedro do Sul, nas campanhas de vacinação de reforço do plano vacinal contra a Covid-19.

Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 9 beneficiários, contudo registou-se um decréscimo de 13% na média mensal de beneficiários do PO APMC face ao ano 2021, cifrando-se esta em 88 beneficiários em 2022.

Evolução da média anual de beneficiários PO APMC



Não obstante o anterior, a instituição reitera o seu compromisso para com os utentes e a comunidade, fazendo tudo o que lhe seja possível para minimizar o impacto da pandemia, sem, contudo, também apelarmos continuamente à colaboração de todos no sentido de serem agentes de saúde pública e cumprirem as orientações dos organismos oficiais e boas práticas no tocante à doença em apreço.

Registamos, também e ao longo destes três anos de pandemia, uma transparência constante da evolução interna da situação pandémica Covid-19, com a divulgação para a comunidade dos casos ativos e medidas em vigor, nomeadamente nos canais de comunicação institucionais.

6. Mitigação da Guerra na Ucrânia

Não fosse o bastante a humanidade estar a sair de uma pandemia, passamos, também, a registar os efeitos nefastos da guerra na Europa, mais concretamente da guerra na Ucrânia.

O embargo económico à Rússia e as dificuldades nas exportações da Ucrânia (recorde-se que é o maior exportador de cereais), a par da instabilidade social e crise migratória que decorre da mesma, estão a provocar movimentações de refugiados sem precedentes, bem como uma subida generalizada de preços que não víamos há décadas.

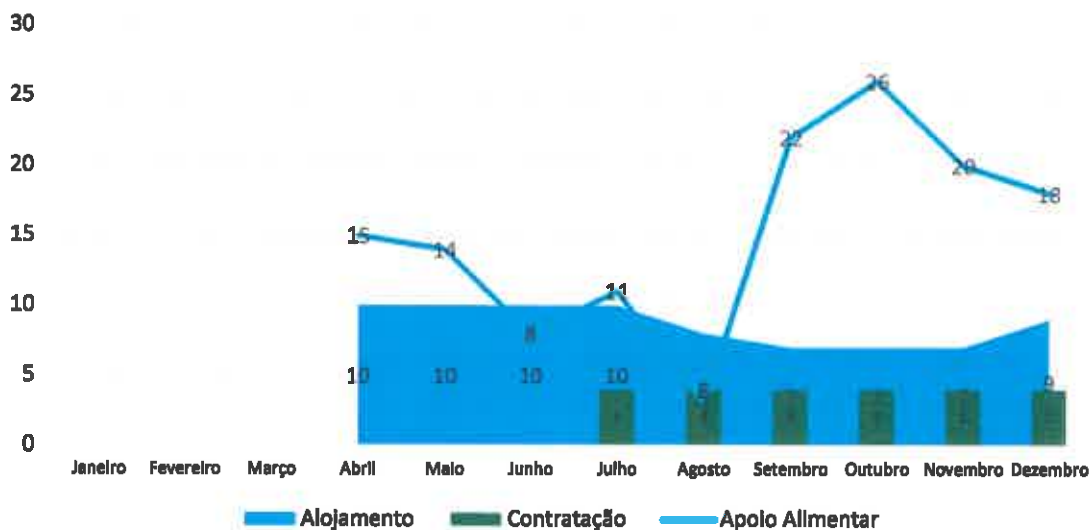
Em termos de movimentos de refugiados, registamos o concelho de São Pedro do Sul como concelho de acolhimento desde a primeira hora, estando a instituição a colaborar ativamente no alojamento, fornecimento de refeições e com medidas de empregabilidade. Destacamos, deste modo, as iniciativas promovidas pela Instituição no apolo a refugiados.

Medidas Sociais de Apoio	Observações	Parceiros
Alojamento	Disponibilização de 4 quartos com Casa de Banho e sala com <i>kitchenette</i> em espaço contíguo à sede da Instituição.	Câmara Municipal de São Pedro do Sul – apoio legal e articulação Institucional. UMP – divulgação.
Apoio Alimentar	Fornecimento de refeições confeccionadas (Pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar), quer na sede, quer em alojamentos particulares da freguesia de S. Pedro do Sul, Várzea e Balões.	Câmara Municipal de São Pedro do Sul – apoio financeiro e articulação Institucional. ISS – Apoio Financeiro.
Contratação	Contratação inicial ao abrigo do programa MARESS do IEFP e, findo este, contratação corrente.	IEFP – Medida MARESS.

Da implementação das medidas anteriores, registamos uma média de 9 beneficiários em alojamento no ano, 15 em apoio alimentar e 4 refugiados com quem se estabeleceu contrato individual de trabalho. Deste último apoio, estabeleceu-se contrato inicial ao abrigo da medida MARESS do IEFP, tendo 1 refugiada cessado o contrato por iniciativa própria para regresso à Ucrânia e, para as restantes 3, findo a medida já em janeiro de 2023, foi estabelecido contrato por tempo indeterminado.

Da frequência de apoio mensal, ressalva-se o pico de apoio alimentar em outubro, com um total de 26 beneficiários, reduzindo progressivamente a partir daí, ressalvando-se, também, o processo de autonomização dos beneficiários incutido com o apoio do gabinete municipal de apoio aos refugiados.

Apoio a Refugiados em 2022



Por seu lado, no tocante à subida de preços, registamos em 2022, segundo os dados do BdP – Banco de Portugal, um aumento da taxa de inflação de 3,3% registada em janeiro, para 9,3% em setembro e previsão de 10,2% em outubro. Neste escalão, confirmou-se uma taxa de inflação do ano (média) de 7,8%, a mais elevada desde 1993.

Este cenário obrigou-nos a cautela na elaboração do orçamento para o ano de 2023, atendendo o impacto que a mesma foi refletindo na aquisição de vários produtos e serviços ao longo de 2022. Mitigou-se com a manutenção de alguns contratos (exemplo o de alimentação e energia elétrica) e beneficiando-se de algumas medidas de contenção pública, como foi o caso de atualizações extraordinárias dos acordos e medidas de apoio à energia.

Esta pressão inflacionista obriga-nos, também, a um cuidado adicional nas consultas de mercado e negociação de preços, bem como na ponderação dos investimentos, sendo aconselhável escalarmos as medidas de eficiência energética e de mobilidade elétrica que já vimos a implementar.

7. Sustentabilidade 2022

No seguimento da inclusão inicial no relatório de gestão 2021 da publicação do relatório de sustentabilidade, continuamos com a divulgação das respetivas iniciativas adotadas, no presente relatório. Procuramos, deste modo, dar conta das principais iniciativas desenvolvidas, participadas ou apoiadas pela MSPS em matéria da sustentabilidade e responsabilidade social.

Não obstante de algumas iniciativas já decorrerem de há uns anos a esta parte, este desafio de implementação e divulgação da responsabilidade social é cada vez mais premente face às fortes contingências e adaptações decorrentes dos desafios sociais com que nos deparamos.



Apoio e Relação com a Comunidade Local

Em 2022 mantivemos o nosso compromisso de apoio ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o seu desenvolvimento e uma maior equidade social.

- Disponibilização de instalações e energia elétrica para a instalação e funcionamento do centro municipal de retaguarda à Covid-19, tendo o mesmo espaço, servido, posteriormente, para Centro de Vacinação concelhio contra a Covid-19.
- Disponibilização de instalações e energia elétrica à Associação Desportiva Academia Andebol – S. Pedro do Sul, para o acantonamento de equipas visitantes participantes no X Termas Andebol Cup.
- Oferta de prenda de natal a todas as crianças que frequentam as respostas sociais da área de infância.
- Disponibilização gratuita de ajudas técnicas através do BAT – Banco de Ajudas Técnicas a famílias do concelho de São Pedro do Sul.
- Colaboração em campanhas locais e nacionais, como é o caso da Campanha local de recolha de bens alimentares para cães e gatos, em prol da Associação “Uma mão por uma pata”, que decorreu de 03 a 07 de outubro; e da Campanha Nacional de recolha de bens de 1.ª necessidade “Juntos pela Ucrânia”, cuja entidade promotora foi a “SIC Esperança” e que decorreu de 03 a 05 de março, tendo sido a Misericórdia a entidade recetora no distrito.
- Disponibilização gratuita de parcela de terreno na “Horta Comunitária”, com incentivo à produção agrícola para autoconsumo em modo de produção biológica e articulação de acompanhamento técnico aos utilizadores por engenheiro agrícola do projeto “Terras São Pedro” da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.



Educação e Cultura

Continuamos a implementar medidas e a apoiar iniciativas que valorizam a identidade cultural da instituição e do concelho.

- Foi mantida a publicação trimestral da revista "Caminho no Tempo", com disponibilização em suporte impresso e digital.
- Mantemos a recolha e registo de histórias de vida de seniores utentes das várias respostas sociais da Instituição.
- Foram promovidas as comemorações de S. António, padroeiro da instituição, ainda sem a típica procissão, mas com transmissão da celebração religiosa nas redes sociais.
- Foi mantida a abertura da Capela de S. António para a comunidade (não de forma diária) e para visitas guiadas do Município no âmbito do turismo local sempre que solicitado.



Responsabilidade Social Interna

O bem estar e o apoio aos trabalhadores continuam a ser um dos vetores da nossa atividade.

- Distribuição de vale de Natal a todos os trabalhadores, sob a forma de prémio durante o mês de dezembro.
- Antecipação do subsídio de Natal ou férias mediante solicitação.
- Lançamento do programa de bem-estar para os colaboradores (cedência de espaço para dinâmicas de Zumba/ginástica e sessões de Fisioterapia laboral/ginástica em contexto laboral.
- Aposta na comunicação interna em vários canais (e-mail, newsletter, revista, reuniões *online* e presenciais, etc.) para garantir a consistência das mensagens em tempo de incerteza.
- Reconhecimento interno do papel das mulheres na sociedade, assinalando o Dia Internacional da Mulher, com dinamização de iniciativa simbólica e reconhecimento público das mulheres (utentes e colaboradoras) que fazem esta casa.
- Procura e manutenção de protocolos comerciais para garantir condições comerciais mais vantajosas em estabelecimentos comerciais e de serviços locais aos colaboradores e irmãos da MSPS.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.



Recuperação e Preservação do Património

O património é uma herança do passado que temos que respeitar, valorizar, tirar mais-valias e transmitir às gerações futuras.

- Remodelação de 2 apartamentos em São Pedro do Sul e a sua colocação no mercado de arrendamento local com rendas acessíveis.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios associados às várias respostas sociais.
- Arranque da remodelação de uma casa detida nas Termas de São Pedro do Sul, para a colocação futura no mercado de arrendamento local, com renda acessível.
- Início da primeira fase das obras no edifício do antigo hospital, nomeadamente na parte que se destina a Clínica.
- Após a revogação do contrato de comodato estabelecido para a quinta de Vendabões, passamos a assumir a gestão da Quinta, iniciando-se em novembro a limpeza e recuperação da mesma, com vista a instalação de culturas frutícolas e eventual instalação de quinta pedagógica.



Respeito pelo Meio Ambiente

Planeta há só um, pelo que é nossa obrigação reduzir tanto quanto possível a nossa "pegada" ecológica.

- Compromisso por uma Misericórdia mais verde, compilando medidas a levar a cabo para uma maior eficiência energética dos seus edifícios de serviços: instalação de painéis solares para AQS; estudo para reforço da central fotovoltaica da sede a qual em 2022 produziu 75.785,35Kwh; aquisição de equipamentos com maior eficiência energética.
- Parceiro beneficiário da rede "Zero Desperdício", comungando do objetivo de um Planeta mais limpo, mais sustentável, mais circular, tendo por base o combate ao desperdício alimentar.
- Adoção de estratégias e mecanismos de poupança de água e eletricidade.
- Operacionalização da separação do lixo e respetiva valorização, condução para reciclagem e promoção da política dos 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nas dinâmicas com os utentes, nomeadamente incentivando as crianças desde a creche para esta preocupação.
- Arranque da transição para a mobilidade elétrica, com a aquisição da primeira viatura elétrica da MSPS.

8. Eventos subsequentes

Não influenciando as contas de 2022, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, verificamos à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia, nomeadamente o aumento generalizado e consecutivo dos preços que culminaram com uma taxa de inflação média recorde em 2022 (7,8%).

Atendendo a que os combustíveis e a aquisição de bens alimentares têm um grande peso na estrutura da Instituição, é espectável uma continuidade no agravamento destes gastos, sendo, também, previsível a estabilização deste impacto no custo de outros bens e serviços.

Nestes termos, a Instituição procurará, desde já, estudar e promover iniciativas que possam mitigar este impacto espectável de custo. Refira-se, a título de exemplo, a importância para:

- Uma racionalização constante dos recursos.
- Reforço de boas práticas de reutilização de materiais, poupança de energia e água.
- Aceleração do processo de transição para a mobilidade elétrica.
- Ao abrigo da nova regulamentação de certificação energética, estudo e implementação de novas soluções como o alargamento da central fotovoltaica e substituição de equipamentos técnicos mais obsoletos.
- Reforço da sensibilização para as dicas de poupança de combustível na condução.
- Procura de novas parcerias para a partilha de recursos e/ou apoio à Instituição ao abrigo do mecenato.

Contingência económica nacional/mundial de incerteza (com uma Guerra com perspetivas de se prolongar no tempo), o que requer um acompanhamento próximo e cauteloso de todo o processo, para melhor adotarmos as medidas possíveis.

9. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2022 com Resultados Líquidos positivos no montante de 233.690,50€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta "Resultados Transitados".

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós inculcar o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 15 de março de 2023.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovado por unanimidade em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 26 de março de 2023.

Presidente

Ricardo José Ferreira Borges

Vice-Presidente

João José Fernandes

Secretário

Paulo António Luís

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 - Parecer do Conselho Fiscal

Anexo 3 - Ata da Assembleia Geral

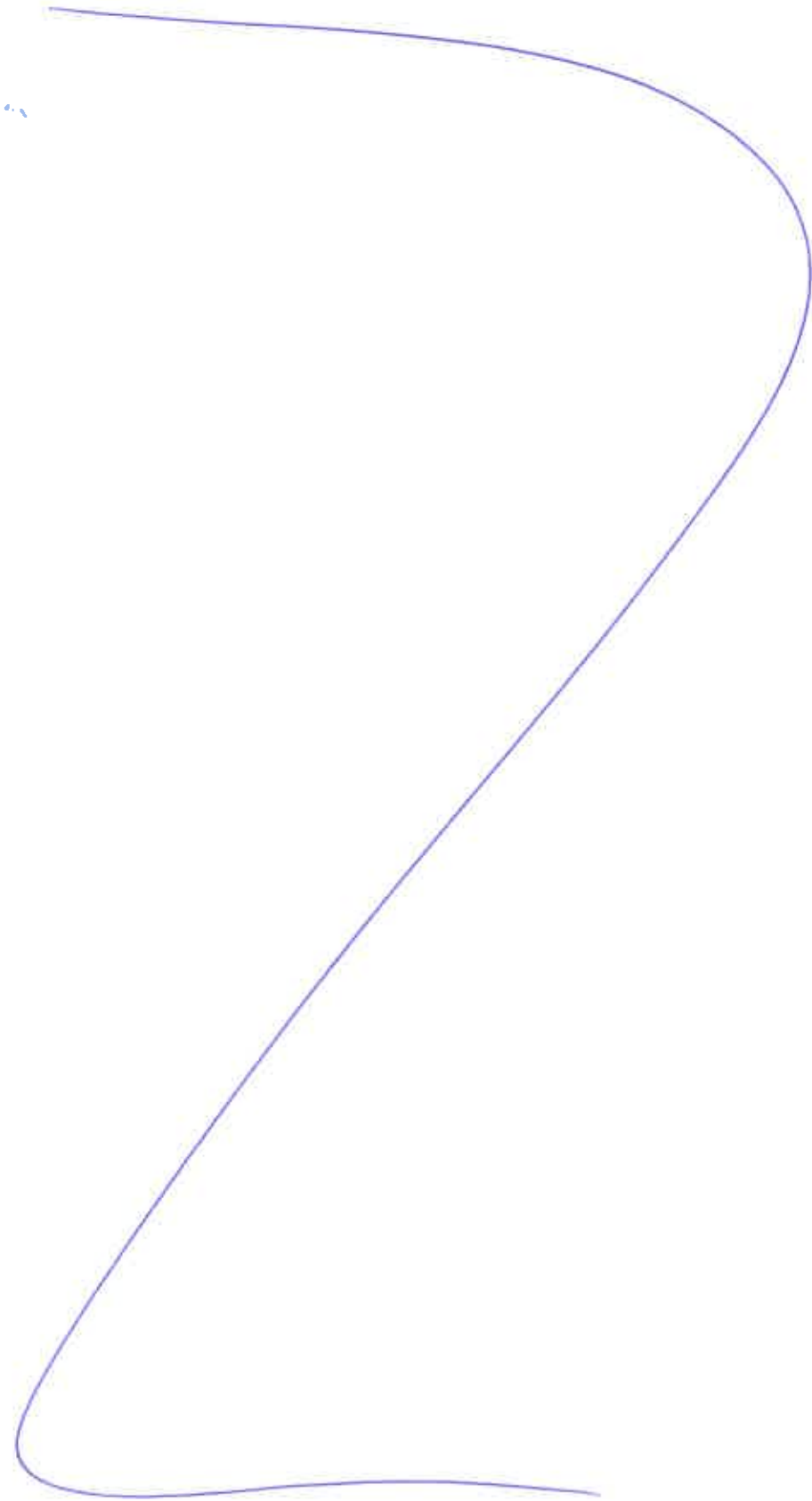


Anexo 1 - Relatório de Contas

[Handwritten signatures in blue ink]



[Handwritten signatures in blue ink]



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Índice Secundário

BALANÇO	60
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	61
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	62
ANEXO 2022.....	63
1. Identificação da Entidade	63
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	63
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	63
3.1 Principais políticas contabilísticas.	63
4. Fluxos de Caixa	70
5. Ativos Fixos Tangíveis	71
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	71
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis	71
5.3 Propriedades de Investimento	73
6. Ativos Intangíveis.....	74
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	74
7. Custo de Empréstimos Obtidos	75
8. Inventários.....	75
9. Rédito	76
10. Provisões.....	76
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	76
12. Benefícios dos empregados.....	77
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	78
14. Outras Informações	78
14.1 Investimentos Financeiros.....	78
14.2 Créditos a receber	79
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	80
14.4 Outros ativos correntes	80
14.5 Diferimentos	80
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	80
14.7 Fundos Patrimoniais	81
14.8 Fornecedores.....	81

14.9	Estado e Outros Entes Públicos	82	
14.10	Outros passivos correntes	82	
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	83	
14.12	Fornecimentos e serviços externos	83	
14.13	Trabalhos para a própria entidade	84	
14.14	Outros rendimentos	84	
14.15	Outros Gastos	84	
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	85	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS.....		86	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (Individual)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 454 831.35	4 313 036.47
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.58	98 294.58
Ativos Intangíveis	3/6	0.00	905.98
Investimentos Financeiros	3/14.1	21 977.82	19 108.88
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadoras/Doadores/Associados/Mem			
		4 575 203.73	4 431 345.89
Ativo corrente			
Inventários	3/8	40 417.93	49 029.80
Créditos a Receber	3/14.2	62 105.98	16 879.12
Estado e outros entes públicos	3/14.9	5 011.40	4 696.65
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	37.50	67.50
Outros ativos correntes	3/14.4	101 590.29	73 265.68
Diferimentos	3/14.5	10 903.78	16 580.74
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	2 476 679.20	2 166 882.72
		2 696 746.08	2 327 402.01
Total do ativo		7 271 949.81	6 758 747.90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	14.7	5 527 770.67	5 413 339.17
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	704 495.31	640 205.83
Resultado líquido do período		233 890.50	110 806.50
Total dos fundos patrimoniais		6 465 956.48	6 184 151.50
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	13 997.25	13 997.25
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		13 997.25	13 997.25
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	87 830.83	77 891.58
Estado e outros entes públicos	3/14.9	79 893.42	49 824.68
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	477 418.89	439 752.63
Diferimentos	3/14.5	146 853.14	13 130.28
		791 996.08	580 599.15
Total do passivo		805 993.33	594 596.40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 271 949.81	6 758 747.90

1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euro.

A Administração

O Contabilista Certificado






DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	3/9	1 513 105.33	1 416 361.04
Subsídios ISS	3/14.11	2 044 156.54	1 913 588.42
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	218 188.01	124 285.17
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	14.13	4 230.03	4 520.10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-100 686.62	-76 010.02
Fornecimentos e serviços externos.	14.12	-1 027 725.44	-1 008 255.69
Gastos com o pessoal	3/12	-2 390 193.60	-2 214 475.86
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	-10 481.53	8 218.48
Provisões (aumentos/reduções)	10	0.00	0.00
Provisões específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	234 776.64	182 056.97
Outros gastos	14.15	-37 114.25	-45 494.63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		448 095.11	306 795.98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/6	-214 404.61	-166 189.48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		233 690.50	110 606.50
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		233 690.50	110 606.50
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		233 690.50	110 606.50

A Administração

O Contabilista Certificado

Luís Augusto

Luís Augusto

Luís Augusto

Luís Augusto de Almeida Brizante

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 476 654.88	1 410 025.41
Pagamentos a fornecedores		-1 100 465.88	-1 083 183.13
Pagamento de Apolos		-13 130.40	-13 180.73
Pagamento a pessoal		-1 619 483.39	-1 514 775.56
Caixa gerada pelas operações		-1 256 124.79	-1 201 114.01
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		1 597 830.33	1 347 530.66
Fluxos de caixa atividades operacionais (1)		341 705.54	146 416.65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Propriedades de investimento		-1 000.00	0.00
Activos fixos tangíveis		-238 244.51	-144 488.67
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		-6 149.78	-5 199.63
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Propriedades de investimento		102 506.40	100 535.60
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		2 898.17	185.29
Outros ativos		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Subsídios de investimento		17 500.00	0.00
Juros e proveitos similares		1 471.97	2 049.92
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		-121 017.75	-46 917.49
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Realizações de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		89 108.69	6 993.98
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		89 108.69	6 993.98
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		309 796.48	106 463.15
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 166 882.72	2 060 419.57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	2 476 679.20	2 166 882.72

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração


O Contabilista Certificado



ANEXO 2022**1. Identificação da Entidade**

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia n.º 6 – 3660-694 São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 respostas sociais tipificadas: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI Lar de Grandes Dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; e o Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1 Principais políticas contabilísticas.****3.1.1 Bases de apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas**Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.







Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios..

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de Investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente Intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large 'd' and 'C.' and a signature 'M. P. P.'.

- Alterações do risco segurado;
- Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos financeiros” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o rédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do rédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.



O réditto de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O réditto de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2021 e 2022 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.695.698,95	36.514,03	229,22	0,00	0,00	1.731.983,76
Equipamento de transporte	368.607,72	0,00	0,00	0,00	0,00	368.607,72
Equipamento administrativo	325.414,72	6.593,56	123,30	0,00	0,00	331.884,98
Outros ativos fixos tangíveis	73.578,02	3.518,34	254,02	0,00	0,00	76.842,34
Ativos fixos tangíveis em curso	109.179,25	114.201,38	0,00	-53.441,96	0,00	169.938,67
Total	7.456.064,98	160.827,31	606,54	-53.441,96	0,00	7.562.843,79

Depreciações 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.645.149,77	101.575,49	0,00	0,00	0,00	1.746.725,26
Equipamento Básico	1.546.584,96	38.636,08	0,00	0,00	0,00	1.585.221,04
Equipamento de transporte	353.507,72	7.550,00	0,00	0,00	0,00	361.057,72
Equipamento administrativo	321.574,16	3.911,18	0,00	0,00	0,00	325.485,34
Outros ativos fixos tangíveis	61.699,77	5.182,24	177,12	0,00	0,00	66.704,89
Total	9.928.516,38	156.854,99	177,12	0,00	0,00	4.085.194,25

[Handwritten signatures and initials]

Perdas por Imparidade 2021				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.731.983,76	129.916,32	33.637,60	0,00	0,00	1.828.262,48
Equipamento de transporte	368.607,72	39.150,00	0,00	0,00	0,00	407.757,72
Equipamento administrativo	331.884,98	3.833,11	0,00	0,00	0,00	335.718,09
Outros ativos fixos tangíveis	76.842,34	5.806,94	0,00	0,00	0,00	82.649,28
Ativos fixos tangíveis em curso	169.938,67	133.491,88	0,00	-5.390,85	0,00	298.039,70
Total	7.562.843,79	312.198,25	33.637,60	-5.390,85	0,00	7.836.013,59

[Handwritten signatures and initials]

Depreciações 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.746.725,26	95.788,42	0,00	0,00	0,00	1.842.513,68
Equipamento Básico	1.585.221,04	52.030,17	12.010,51	0,00	0,00	1.625.240,70
Equipamento de transporte	361.057,72	17.337,50	0,00	0,00	0,00	378.395,22
Equipamento administrativo	325.485,34	3.555,56	0,00	0,00	0,00	329.040,90
Outros ativos fixos tangíveis	66.704,89	4.953,93	0,00	0,00	0,00	71.658,82
Total	4.085.194,25	173.665,58	12.010,51	0,00	0,00	4.246.849,32

Perdas por Imparidade 2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de Investimento – custo de aquisição	1.542.141,84	44.645,75	0,00	0,00	0,00	1.586.787,59
Propriedades de Investimento - depreciações	-712.971,87	-38.428,79	0,00	0,00	0,00	-751.400,66
Total	829.169,97	6.216,96	0,00	0,00	0,00	835.386,93

2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de Investimento – custo de aquisição	1.586.787,59	70.213,20	0,00	0,00	0,00	1.657.000,79
Propriedades de Investimento - depreciações	-751.400,66	-39.833,05	0,00	0,00	0,00	-791.233,71
Total	835.386,93	30.380,15	0,00	0,00	0,00	865.767,08

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2021						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	64.536,71	905,70	0,00	0,00	0,00	65.442,41
Total	112.085,88	905,70	0,00	0,00	0,00	112.991,58

Perdas por Imparidade 2021				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	65.442,41	905,98	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	112.991,58	905,98	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2021, quer em 2022, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2021					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61.074,46	69.082,87	-5.117,71	49.029,60	76.010,02
Total	61.074,46	69.082,87	-5.117,71	49.029,60	76.010,02

2022					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49.029,60	70.504,57	21.772,38	40.417,93	100.888,62
Total	49.029,60	70.504,57	21.772,38	40.417,93	100.888,62

9. Rédito

Descrição	2022	2021
Vendas	54,88	63,01
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.492.003,43	1.410.719,03
Quotizações e Joias	5.477,50	5.189,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	15.629,52	390,00
Juros	1.622,24	1.787,07
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.514.787,57	1.418.148,11

10. Provisões

A provisão existente foi constituída, no exercício de 2019, na sequência de um processo judicial de recurso da decisão de aplicação de coima, coima esta aplicada pela Autoridade Tributária na sequência de procedimento inspetivo com correções em sede de IVA.

11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2021				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	114.224,67	0,00	5.486,78	108.737,89
2ª fase Lar de Acamados	15.562,58	0,00	778,12	14.784,46
MASES – Adaptação Equip. Sociais	35.011,51	0,00	875,29	34.136,22
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	110.799,71	0,00	2.576,74	108.222,97
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	207.312,45	0,00	4.506,79	202.805,66
Total	482.910,92	0,00	14.223,72	468.687,20

2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	108.737,89	0,00	5.486,78	103.251,11
2ª fase Lar de Acamados	14.784,46	0,00	778,12	14.006,34
MASES – Adaptação Equip. Sociais	34.136,22	0,00	875,29	33.260,93
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	108.222,97	0,00	2.576,74	105646,23
MalsCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MalsCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	202.805,66	0,00	4.506,79	198.298,87
Mobilidade Verde	0,00	17.500,00	4.375,00	13.125,00
Total	468.687,20	0,00	18.598,72	467.588,48

12. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2022 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos em funções nos anos em apreço são os seguintes:

Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	
Vice-Provedor	António Santos Pais	
Tesoureiro	António Henrique Pinho Correia Almeida	
Secretário	António Fernandes de Almeida Pinto	
Vogal	Ana Maria Paiva Oliveira	

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Eduardo Rodrigues da Silva	
Vogal	Joaquim António Tavares Loureiro	
Vogal	Maria João Santos Tavares Jorge	

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	
Secretário	Paula Cristina Paiva Pinto	

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 179, em 2021 e de 178 em 2022, considerando substituições e programas do IEPF e não considerando as baixas prolongadas e licenças sem vencimento (5).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	1.854.815,41	1.724.996,73
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	415.925,42	380.845,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29.300,57	27.027,09
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	90.152,20	81.606,16
Total	2.390.193,60	2.214.475,86

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2022 foram de 3.960,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros	21.977,82	19.108,88
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	21.977,82	19.108,88

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e utentes c/c		
Clientes	9.037,40	1.332,00
Utentes – saldo devedor	53.068,58	15.547,12
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	62.105,98	16.879,12
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	16.901,00	5.721,00
Utentes	20.190,11	20.097,98
Total	37.091,11	25.818,98
Adiantamento de Clientes e Utentes	101.289,68	86.480,03
Clientes com caução	1.835,00	1.325,00

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes	11.180,00	3.821,39
Utentes	1.027,52	0,00
Total	12.207,52	3.821,39

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Clientes	0,00	8.930,00
Utentes	1.725,99	3.109,87
Total	1.725,99	12.039,87

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Fundadores/.../Associados/Membros	37,50	67,50
Total	37,50	67,50

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresentava, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores de Investimento	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	16.393,47	25.138,74
Entidades Públicas	83.900,60	48.109,67
Outros Devedores	1.296,22	17,27
Total	101.590,29	73.265,68

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer	10.903,78	16.580,74
Rendimentos a reconhecer	146.853,14	13.130,26

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa de Depósitos Bancários", demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Caixa	2.111,64	752,87
Depósitos à ordem	1.099.077,33	541.639,62
Depósitos a prazo	1.375.490,23	1.624.490,23
Total	2.476.679,20	2.166.882,72

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

2021				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.285.024,35	128.314,82	0,00	5.413.339,17
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	482.910,92	0,00	14.223,72	468.687,20
Doações	171.518,63	0,00	0,00	171.518,63
Total	5.939.453,90	128.314,82	14.223,72	6.053.545,00

2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.413.339,17	114.431,50	0,00	5.527.770,67
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	468.687,20	17.500,00	18.598,72	467.588,48
Doações	171.518,63	69.213,20	3.825,00	236.906,83
Total	6.053.545,00	201.144,70	22.423,72	6.232.265,98

A diminuição de 3.825,00€, na rubrica doações, diz respeito a imóveis que já tinham sido vendidos em anos anteriores.

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	87.830,63	77.891,58
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	87.830,63	77.891,58

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IRC	0,00	0,00
IVA	5.011,40	4.696,65
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.011,40	4.696,65
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	15.474,91	591,26
IRS	12.166,69	7.174,56
Segurança Social	51.701,58	41.625,36
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	550,24	433,50
Total	79.893,42	49.824,68

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2022	2021
Pessoal	642,86	991,92
Fornecedores de Investimentos	13.598,55	1.618,91
Clientes e Utentes - cauções	1.835,00	1.325,00
Adiantamentos de clientes	101.289,68	86.480,03
Credores por acréscimos de gastos	343.238,36	338.117,49
Outros credores	15.155,59	9.604,67
Entidades Públicas	1.658,85	1.614,61
Total	477.418,89	439.752,63

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.143.913,27	2.002.766,57
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	43.584,94	35.107,02
Legados	74.826,34	0,00
Total	2.262.324,55	2.037.873,59




14.11.1 Ativo Contingente

No âmbito de herança de António da Silva registada em 2019, foi concretizado em 2020 a movimentação de um ativo contingente relacionado com aplicações financeiras no montante de 83.187,36€. No âmbito da mesma herança, um outro ativo contingente, que estava em avaliação, proveniente de herança de Maria Branca Silva Santos em que este mecenas é herdeiro, em 2022, foi determinado o seu valor e recebida a importância de 74.826,34.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os "Fornecimentos e serviços externos" subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	316.319,42	294.831,65
Serviços especializados	161.713,53	150.762,70
Materials	17.662,27	22.803,57
Energia e fluidos	217.363,99	203.568,34
Deslocações, estadas e transportes	1.568,54	156,16
Serviços diversos	313.097,69	334.133,27
Total	1.027.725,44	1.006.255,69



14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2022 e 2021 os seguintes montantes:

Descrição	2022	2021
Ativos fixos tangíveis	4.230,03	4.520,10
Total	4.230,03	4.520,10

14.14 Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	16.104,61	8.998,34
Descontos de pronto pagamento obtidos	42.903,49	44.142,35
Recuperação de dívidas a receber	0,00	229,41
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	105.495,01	98.603,06
Juros de depósitos a prazo	1.622,24	1.787,07
Outros rendimentos e ganhos	68.653,29	28.298,74
Total	234.778,64	182.058,97

14.15 Outros Gastos

A rubrica "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1.366,82	89,54
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	35.747,43	45.405,09
Total	37.114,25	45.494,63

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

O Diretor-geral

O Contabilista Certificado

C.
mp
huf

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 15 de março de 2023.

A Mesa Administrativa:

Provedor

Vice-Provedor

Secretário

Tesoureiro

Vogal

C.
AB.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO:
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		524 451.90	490 899.82
Subsídios IBS		471 023.12	433 020.76
Subsídios de Outras Entidades		26 857.80	20 772.92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-13 282.65	-11 077.36
Fornecimentos e serviços externos		-321 972.89	-327 900.71
Gastos com o pessoal		-648 796.12	-496 166.67
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		621.88	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		20 684.43	21 334.31
Outros gastos		-276.08	-3 053.88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		159 301.19	127 829.21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-63 614.55	-64 127.42
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		95 686.64	63 701.79
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		95 686.64	63 701.79
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		95 686.64	63 701.79

A Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Agostinho de Almeida Pizarro
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157508

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

UNIDADE MONETÁRIA(1)
EUR Factor:
1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		650 713.50	636 762.68
Subsídios ISS		929 390.88	692 530.72
Subsídios de Outras Entidades		37 465.22	29 765.45
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Varição nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-10 937.33	-8 273.68
Fornecimentos e serviços externos		-457 781.37	-469 340.02
Gastos com o pessoal		-1 020 108.55	-933 188.57
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		604.80	1 648.17
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		16 612.61	8 157.37
Outros gastos		-580.50	-4 640.36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		145 378.34	155 421.65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-46 784.17	-41 285.03
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		98 595.17	114 136.62
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		98 595.17	114 136.62
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		98 595.17	114 136.62

A Administração *[Signature]* O Contabilista Certificado *[Signature]*
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Handwritten mark]
[Handwritten initials]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

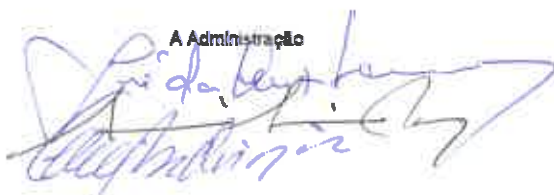
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		88 652.67	83 165.40
Subsídios ISS		177 673.75	164 555.40
Subsídios de Outras Entidades		1 102.06	1 365.56
Genhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-2 336.28	-2 075.20
Fornecimentos e serviços externos		-86 065.91	-82 369.23
Gastos com o pessoal		-156 908.84	-143 649.49
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	-2 163.14
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		7 810.24	1 029.18
Outros gastos		-4.16	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 623.55	19 878.46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-14 713.67	-2 699.02
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 209.88	17 179.46
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		15 209.88	17 179.46
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		15 209.88	17 179.46

A Administração

O Contabilista Certificado




Agostinho de Almeida Bizarro



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

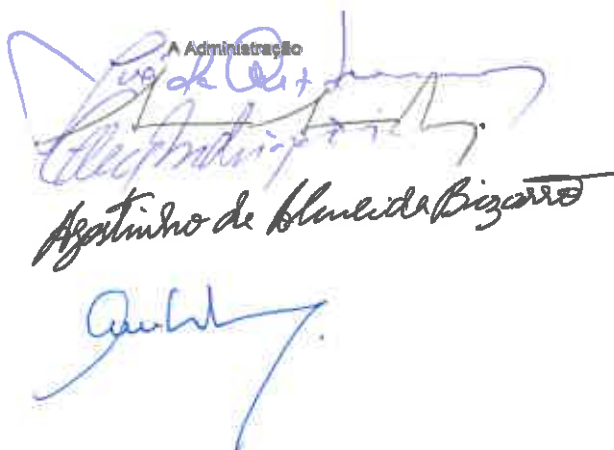
UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		66 226.70	43 630.84
Subsídios IBS		281 526.19	241 172.07
Subsídios de Outras Entidades		24 441.13	19 105.12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-24 790.63	-15 015.20
Fornecimentos e serviços externos		-31 694.61	-24 667.63
Gastos com o pessoal		-279 749.67	-272 133.19
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	661.08
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		6 616.00	10 017.13
Outros gastos		-4 961.68	-2 046.66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 613.23	524.56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9 663.90	-10 265.20
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 209.33	-9 760.64
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		17 209.33	-9 760.64
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		17 209.33	-9 760.64

Administração

 António de Almeida Bizarro

O Contabilista Certificado



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

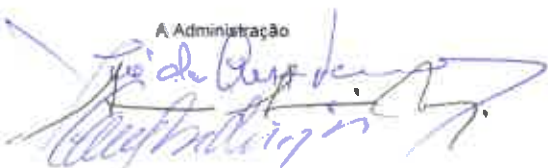
EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		58 251.11	57 467.80
Subsídios ISS		142 326.39	146 910.60
Subsídios de Outras Entidades		22 888.53	20 508.80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-22 770.30	-16 928.12
Fornecimentos e serviços externos		-31 282.76	-28 609.83
Gastos com o pessoal		-186 318.26	-175 354.62
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		488.71	-1 658.25
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		8 289.22	5 567.73
Outros gastos		-4 191.45	-2 663.92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14 330.83	4 060.06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 849.80	-10 910.21
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25 174.63	-6 850.12
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-25 174.63	-6 850.12
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-25 174.63	-6 850.12

A Administração



Agostinho de Almeida Bizarro



O Contabilista-Certificado



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)


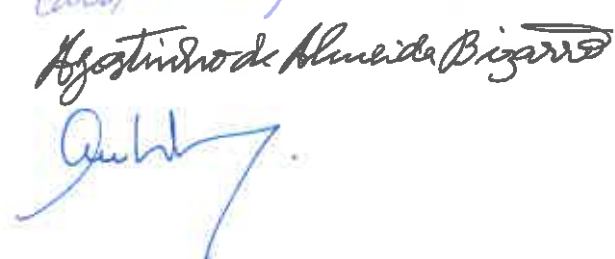
EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		60 930.18	49 766.86
Subsídios ISS		27 468.74	25 959.98
Subsídios de Outras Entidades		22 198.15	14 581.82
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-25 481.02	-18 808.32
Fornecimentos e serviços externos		-17 557.22	-13 717.28
Gastos com o pessoal		-120 911.37	-110 749.33
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-892.72	600.62
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		7 565.43	2 656.20
Outros gastos		-4 774.12	-3 303.05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-51 403.95	-52 822.54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6 329.42	-6 817.83
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-57 733.37	-59 640.37
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-57 733.37	-59 640.37
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-57 733.37	-59 640.37

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A Administração

 Agostinho de Almeida Bizarro


O Contabilista Certificado


Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 800107 - Cantina Soci

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		30.00	38.00
Subsídios (ISS)		14 757.39	8 147.89
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-388.65	-283.11
Fornecimentos e serviços externos		-12 888.55	-10 368.53
Gastos com o pessoal		-1 724.43	-2 078.80
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		765.89	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		751.85	-4 544.35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		751.85	-4 544.35
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		751.85	-4 544.35
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		751.85	-4 544.35

A Administração


Agostinho de Almeida Bizarro



O Contabilista Certificado



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		55 670.25	47 042.75
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		275.52	2 593.12
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-662.93	-537.03
Fornecimentos e serviços externos		-29 647.22	-22 981.33
Gastos com o pessoal		-82 058.54	-80 198.98
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-184.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		1 361.38	38.25
Outros gastos		0.00	-187.75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-35 465.54	-34 231.95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-18 904.36	-18 983.47
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-54 369.90	-53 215.42
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-54 369.90	-53 215.42
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-54 369.90	-53 215.42

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900201 - Administração

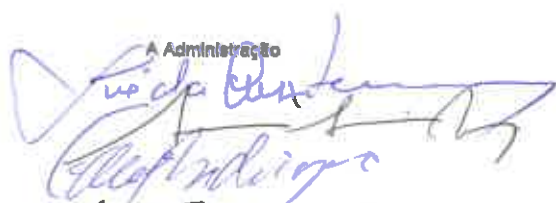
UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		20 239.02	5 579.00
Subsídios ISS		0.00	1 291.00
Subsídios de Outras Entidades		61 415.18	15 592.38
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-6.83	-11.99
Fornecimentos e serviços externos		-20 985.47	-12 984.37
Gastos com o pessoal		-1 071.20	-5 690.24
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		48 379.14	34 635.74
Outros gastos		-21 584.85	-28 400.01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		103 363.18	8 711.51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1 296.45	-950.73
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		102 066.74	7 760.78
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		102 066.74	7 760.78
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		102 066.74	7 760.78

A Administração

 Agostinho de Almeida Pizarro


O Contabilista Certificado




Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

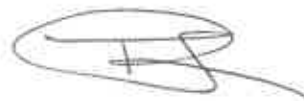
1


PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		4 230.03	4 520.10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		0.00	-57.50
Gastos com o pessoal		-4 230.03	-4 422.60
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0.00	40.00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	-40.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		0.00	0.00
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		0.00	0.00

A Administração


O Contabilista Certificado




 Helena de Almeida Pizarro


Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 800203 - Culto/Cultura

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NÓTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		26.40	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos Inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-133.37	-172.09
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.00	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-106.97	-172.09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-106.97	-172.09
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-106.97	-172.09
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		-106.97	-172.09

A Administração

 Agostinho de Almeida Bizarro

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

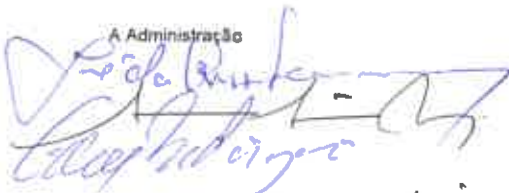

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

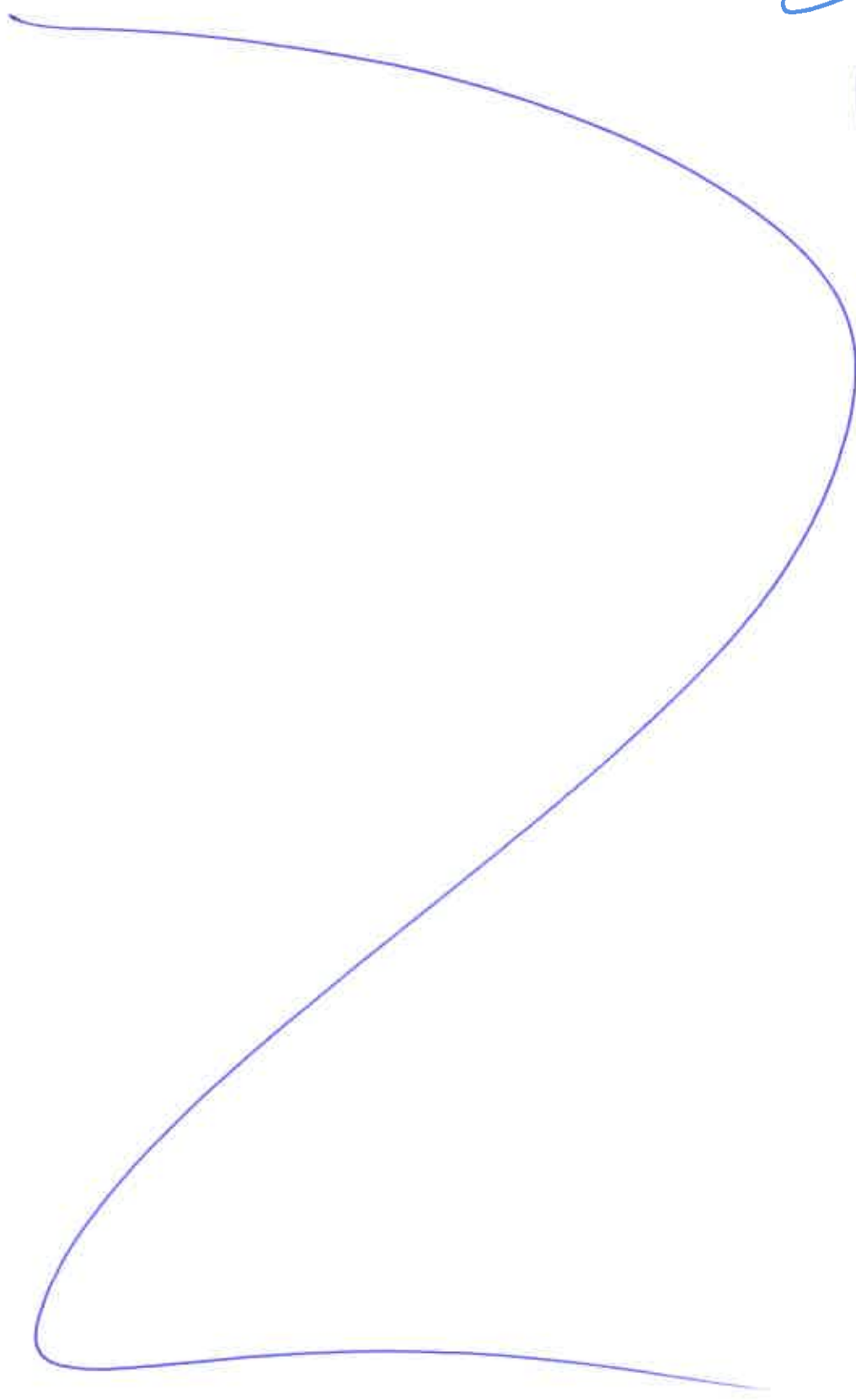
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		1 500.00	0.00
Genhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjun		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-17 896.05	-14 887.06
Gastos com o pessoal		-8 316.59	-10 544.59
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-11 180.00	8 930.00
Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		120 494.30	98 603.06
Outros gastos		-731.41	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63 670.25	82 101.41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-42 314.29	-40 080.87
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		41 555.96	42 010.84
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		41 555.96	42 010.84
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		41 555.96	42 010.84

A Administração

 Agostinho de Almeida Bizcardo


O Contabilista Certificado





Ca.
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]